

ATA NÚMERO TRÊS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E
DEZOITO

---Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem do Dia: -----

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal;-----
2. Apreciação do Relatório e Contas 2017 – TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.;-----
3. Apreciação do Relatório e Contas à data da dissolução – EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., Lda.;-----
4. Apreciação do Relatório e Contas do Exercício 2017 – EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M., Lda. em liquidação; -----
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 97/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia Santa Luzia – Festa dos Pescadores;-----
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 106/2018/CM, referente ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Tavira – Versão final;-----
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 110/2018/CM, referente à atribuição de apoio às Freguesias do Concelho – Festas de Verão;-----
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 123/2018/CM, referente ao Regulamento do Regime de Acesso e Gestão do Parque Habitacional – Versão final; -----
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 127/2018/CM, referente à Prestação de Contas Consolidadas – 2017;-----
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 129/2018/CM, referente à 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano;-----
11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 130/2018/CM, referente à 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal;-----

12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 132/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo – Feira Franca Anual; -----

13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 141/2018/CM, referente à atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e de Bons Serviços e Dedicção; -----

14. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 149/2018/CM, referente à Prorrogação do prazo de liquidação da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., Lda.; -----

15. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 150/2018/CM, referente ao Plano de Liquidação da Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa S.A. (em liquidação); -----

16. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 152/2018/CM, referente à Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Tavira e a Freguesia de Cachopo.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos.-----

---Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os deputados municipais, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Conceição Martins, Hugo Daniel Santos Gomes, Jorge Francisco Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Manuela Gonçalves Romão, Narciso dos Reis Martins Barradas, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaíde Jesus, Rodrigo Ferreira Aires, Sílvia Alexandra Sanches Soares, Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira, Virgílio António Horta e Vitor Manuel do Nascimento Palmeira. -----

---Os deputados municipais Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues e Maria João Teixeira Dias dos Anjos solicitaram substituição tendo sido substituídos por Luís Filipe Albino Silva, substituído por Ricardina Pereira Alcaíde Jesus e Rui Manuel Pereira António, respetivamente.-----

---A Deputada Municipal Muriel Cristina Dias solicitou substituição tendo sido substituída por Leonardo António Gonçalves Martins. -----

---O Deputado Municipal Pedro Miguel Entrudo Soares solicitou a substituição tendo sido substituído por Isabel Susana Pires Chanoca, substituída por Rodrigo Ferreira Aires. -----

---O Deputado Municipal José Liberto da Conceição Graça fez-se substituir por Jorge Francisco Silva.-----

---As deputadas municipais Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa e Maria Otília Martins Cardeira entraram na sala pelas vinte e uma horas e vinte minutos.-----

---O Deputado Municipal Rui Manuel Pereira António entrou na sala pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sessão com a discussão e aprovação da ata da sessão anterior, ata número dois, referente à sessão que tinha sido realizado no dia vinte e sete de abril anterior e que tinha sido remetida a todos os deputados municipais.-----

----Verificando que não havia intervenções, colocou a ata a votação que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, cuja listagem se encontra em anexo à presente ata, como documento número um.-----

----Referiu que, como os deputados municipais já se tinham apercebido, a Ordem do Dia era longa e ainda tinham recebido um voto de pesar e três moções. Assim, solicitava, como sempre fazia, mas naquele dia especialmente, para que fossem o mais sintéticos possível dispensando a leitura do voto de pesar e das moções que tinham sido distribuídos a todos atempadamente pelo que seguramente teriam sido lidos.-----

----Acrescentou ainda, dirigindo-se ao público presente, que se entendesse intervir deveriam proceder à respetiva inscrição junto dos serviços de apoio de modo a possibilitar o controlo das intervenções.-----

----Passou ao Voto de Pesar apresentado pela bancada do Partido Socialista (PS).-----

----O Deputado Municipal Vitor Palmeira disse que se tratava de um voto de pesar pelo falecimento de António Arnault, o criador do Serviço Nacional de Saúde (SNS), um homem exemplar na vida política e profissional.-----

----Procedeu à leitura do Voto de Pesar.-----

----“Voto de Pesar -----

----*Amante da liberdade, zeloso servidor público, defensor intrépido da democracia e da justiça social, advogado distinto, cidadão exemplar, escritor e poeta, António Arnault ficará na memória dos portugueses como fundador do Serviço Nacional de Saúde.*-----

----*António Duarte Arnault faleceu em Coimbra no dia 21 de maio de 2018 deixando-nos um legado impressionante de conduta cívica e profissional exemplar.*-----

----*Era advogado, tendo obtido a licenciatura em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959, e desde jovem, envolveu-se na oposição ao Estado Novo. Participou na comissão distrital da candidatura presidencial de Humberto Delgado, em Coimbra, em 1958, foi arguido no processo resultante da carta dos católicos a António de Oliveira Salazar, em 1959, candidato à Assembleia Nacional, pela Comissão Democrática Eleitoral, no círculo de Coimbra, nas eleições legislativas de 1969.*-----

----*Militante da Ação Socialista Portuguesa desde 1965 foi cofundador do Partido Socialista, em abril de 1973, na cidade alemã de Bad Münstereifel, tendo sido seu dirigente até 1983.*-----

----*Ministro do II Governo Constitucional, formado por coligação entre o PS e o CDS de Diogo Freitas do Amaral, coube-lhe a pasta dos Assuntos Sociais, tendo nessa qualidade lançado o Serviço Nacional de*

Saúde em 1979, considerado uma referência das políticas públicas de âmbito nacional e um caso de sucesso estudado internacionalmente. -----

----Exerceu diversos cargos na Ordem dos Advogados, nomeadamente o de presidente do Conselho Distrital de Coimbra. Em 1995, fundou a Associação Portuguesa de Escritores Juristas, de que foi presidente. É autor de um Estatuto da Ordem dos Advogados Anotado, bem como de um ensaio intitulado Iniciação à Advocacia, destinado a estudantes e jovens advogados. Nessa condição, em 2007, recebeu a Medalha de Honra da Ordem dos Advogados.-----

----Foi distinguido pelo Estado português pela sua carreira pública, tendo sido agraciado com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade a 25 de abril de 2004, nas comemorações dos 30 anos da Revolução de 25 de Abril e, em 7 de abril de 2016, nas comemorações do Dia Mundial da Saúde, foi elevado ao grau de Grã-Cruz da Ordem da Liberdade pelo Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa. -----

----Em 2016 foi nomeado presidente honorário do PS no 21.º Congresso Nacional, por aclamação, após a morte de António de Almeida Santos. Com a sua morte, perdeu-se uma verdadeira e incontornável referência ética e política de todos os socialistas portugueses e essa perda torna-se irreparável para todos nós, seus camaradas, e para todos os democratas portugueses. -----

----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 22 de junho de 2018, delibera: -----

----1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de António Duarte Arnault; -----

----2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e aos órgãos dirigentes do Partido Socialista, apresentando-lhe as mais sentidas condolências do Município de Tavira.

----3. Recomendar à Câmara Municipal de Tavira que perpetue a sua memória na toponímia da cidade, em arruamento digno do seu legado para a Democracia portuguesa e para a consolidação do Poder Local Democrático, através da criação do Serviço Nacional de Saúde.”-----

----O Deputado Municipal Artur Sanina disse que era com grande satisfação que via aquela Voto de Pesar apresentado pelo PS dirigido a quem tinha sido a pessoa que sempre tinham considerado como o “pai” do SNS, o que era de esperar, pois era normal surgirem por parte da bancada do PS aqueles votos de pesar.-----

----Como tinha sido dito o falecimento de António Arnault representava uma grande perda mas considerava que não tinha desaparecido. Nas suas últimas horas de vida tinha deixado uma mensagem espelhada num trabalho que tinha sido realizado pelo camarada João Semedo, um trabalho conjunto do qual apenas citava três parágrafos que mostravam como continuava vivo e onde apelava ao que pretendia que o SNS fosse no futuro, referindo que a contratação de mais funcionários para o SNS era uma prioridade, que era necessário investimento e deveria de existir uma absoluta separação entre o público e o privado. Aquelas eram as três áreas que ele tinha definido como prioritárias no SNS.-----

---Assim esperava que as prioridades que tinha definido antes de falecer fossem salvaguardadas pelo Governo e por todas as forças políticas para que o SNS fosse uma realidade e que significasse a continuação de um sucesso para todos.-----

---O Deputado Municipal Rodrigo Aires disse que pretendia salientar que aquele Voto de Pesar era muito, muito importante, pelo que pretendia que fosse ainda recomendado ao Governo do PS que dignificasse o nome daquele seu grande militante, dotando e investindo no SNS que, sem médicos, sem enfermeiros, sem material e sem equipamento, não podia funcionar. -----

---Considerava que tinha havido demasiado desinvestimento pelo que o Governo do PS deveria de dignificar um dos seus mais altos militantes invertendo o sentido e investindo no SNS. -----

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar pelo falecimento de António Duarte Arnault a votação, que foi aprovada por unanimidade. -----

---O Deputado Municipal Rui António não votou por não se encontrar na sala.-----

---Passou às moções que iriam ser discutidas por ordem de entrada iniciando com a moção “*Melhor Ambiente para Tavira*” apresentada pelo Bloco de Esquerda (BE) e voltou a apelar ao poder de síntese dos deputados municipais.-----

---O Deputado Municipal Artur Sanina disse que no sentido das palavras do Presidente da Assembleia Municipal iria sintetizar a moção porque todos sabiam que o glifosato era um herbicida que era utilizado em todo o mundo, especialmente na área agrícola, mas também nas cidades e noutros locais onde existiam pessoas, crianças e animais a circularem diariamente. -----

---Assim, o que tinham verificado por um levantamento que tinham vindo a realizar, era que no Concelho de Tavira ainda existiam problemas, razão porque apresentavam ali aquela moção, de modo a salientarem as preocupações que tinham. -----

---Passou à leitura da parte final da moção:-----

---“*Desta forma a Assembleia Municipal reunida em 22 de Junho de 2018, delibera: -----*

---1 – *Requerer junto da Câmara Municipal de Tavira que no curto prazo, dê início a um processo de proibição de utilização de glifosato nos seus serviços.-----*

---2 – *Que a autarquia proíba o uso desta substância em serviços contratados entre a mesma e outras entidades. -----*

---3 – *Sensibilizar as empresas utilizadoras do glifosato, que estejam sedeadas no concelho, a eliminar o uso deste produto, optando pelas alternativas existentes. -----*

---4 – *Propor à Câmara Municipal que incentive a realização de ações de sensibilização frequentes e sistemáticas em escolas, empresas, entidades públicas, alertando os munícipes para os malefícios do glifosato.-----*

---5 – *Dar conhecimento desta deliberação às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro*

do Ambiente, Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Presidente da Câmara Municipal de Tavira e ao Presidente do Conselho Executivo da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve. -----

---6 – Enviar cópia da deliberação, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, assim como a sua divulgação por parte da área de comunicação do Município de Tavira”.-----

---Referiu que se tratava de uma preocupação do BE por verificar que era usado, o que ele próprio podia testemunhar pois via em determinadas ruas que os funcionários da TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. (TaviraVerde) através da colocação de placas limitavam determinadas zonas com a indicação de que iriam proceder a uma intervenção com aqueles herbicidas. Desconhecia se seria glifosato mas certamente que seriam idênticos, sendo que posteriormente as crianças e animais iriam circular por aqueles locais. Além daquela questão ainda existia o problema da agricultura. -----

---Recentemente tinha-se verificado em França um caso muito concreto em que os apicultores tinham movido uma ação contra a Bayer pela utilização daqueles produtos.-----

---Aquela era a preocupação que tinham e que esperava que fosse também uma preocupação daquela Assembleia Municipal.-----

---O Deputado Municipal José Graça desejou que a noite fosse frutífera e que os trabalhos redundassem em sucesso para o Município de Tavira.-----

---Já tinham abordado a temática da utilização do glifosato naquela Assembleia Municipal tendo tido, inclusivamente, o exemplo de freguesias no Concelho de Tavira que já haviam suspenso a sua utilização.-----

---Entretanto, há cerca de um ano atrás a própria Assembleia Intermunicipal do Algarve tinha voltado a pronunciar-se sobre o assunto na sequência de uma moção apresentada pelo BE que tinha sido aprovada como recomendação a todos os municípios e freguesias da região para progressivamente substituírem o glifosato por outros produtos menos nocivos, mas também com o mesmo fim, com o mesmo objetivo, procederem à substituição por algumas técnicas do ponto de vista mecânico. -----

---No último ano a questão do glifosato tinha atingido também alguma notoriedade devido à discussão que tinha vindo a ser efetuada a nível internacional. De facto, ainda no presente existiam entidades nacionais e internacionais de diferentes áreas de intervenção com competência para a investigação e análise daquela temática não lhes parecendo que fosse, competência do Município de Tavira a elaboração de uma proposta de alteração da legislação em vigor, podendo contudo existir uma recomendação que enquanto não houvesse uma solução credível, consideravam que tanto pelos custos, como pela eficácia, não deveria de ser alterado o modo de combate à vegetação infestante. -----

---Por outro lados salientavam que a discussão sobre a matéria que tinha nascido em vários órgãos e vários patamares, tinha vindo a gerar um maior cuidado na utilização do glifosato, nomeadamente a

TaviraVerde que era a empresa que mais utilizava, tinha como primeiras preocupações os cuidados a ter sobre aquela matéria, tendo oportunamente, promovido a formação dos técnicos que utilizavam aqueles produtos e um técnico responsável pela sua utilização. -----

----Para terminar, pretendia sublinhar duas matérias importantes. O Ministério da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural através da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), tinha elaborado há alguns dias atrás, cerca de um mês, a listagem dos herbicidas autorizados para utilização nas zonas urbanas e de lazer, e por outro lado, pensava que todos tinham acompanhado a discussão de uma forma bastante entusiasta, no final do ano passado, quando a União Europeia (EU) tinha aprovado a prorrogação da comercialização do glifosato por mais cinco anos, sendo que dezoito dos estados membros tinham aprovado aquela utilização, nove dos países votado contra e o representante do Governo português optado pela abstenção. -----

----Apenas para terem uma ideia, ao longo dos anos, a venda daquele herbicida em Portugal tinha vindo a reduzir, sendo que, presentemente, apenas representava vinte e um por cento dos produtos fitofarmacêuticos vendidos em Portugal e, no relatório do ano dois mil e quinze apresentado pela DGAV verificava-se que este ainda representava setenta por cento das vendas dos herbicidas cujo uso principal era na atividade agrícola e numa fração bem menor, nas zonas urbanas e de lazer. -----

----Assim, por tudo aquilo que já tinham dito, nomeadamente pelo facto de já existir uma recomendação vigente para todos os municípios do Algarve relativa à redução do uso do glifosato e também para que fossem tomadas as maiores medidas possíveis na sua utilização nas zonas urbanas e de lazer, a bancada do PS não via como oportuna a apresentação daquela moção pelo que iriam votar contra, visto a recomendação em vigor, se aplicava a todos os municípios inclusivamente ao Município de Tavira.-----

----O Deputado Municipal Silvino Oliveira disse que relativamente à questão da moção e ao tema do glifosato, tentando ser sucinto, no seu ponto número um era referido, *“Requerer junto da Câmara Municipal de Tavira que no curto prazo, dê início a um processo de proibição de utilização de glifosato nos seus serviços”*. Pensava que a questão que tinham que colocar ao Executivo era se existia atualmente alguma alternativa para poderem ter os espaços urbanos sem uma presença excessiva de plantas porque depois levantavam-se outras questões de saúde pública, como o custo de um funcionamento adequado, o que provavelmente ainda não existia.-----

----A moção aludia ao Decreto-Lei 35/2017 que constituía a primeira alteração à Lei 26/2013 de 11 de abril, que eram documentos muito técnicos, e a bancada do PS tinha referido a lista exaustiva de todas as substâncias e produtos que podiam ser utilizados no espaço urbano que a DGAV tinha publicado recentemente, sendo que o Decreto-Lei 35/2017 que tinha sido aludido na moção já restringia o uso, não apenas do glifosato mas de todas as substâncias fitofarmacêuticas em espaços como fossem escolas, jardins, hospitais, lares de terceira idade, entre outros. -----

----Assim ter-se-iam que abster quanto à moção pois tendo uma visão de uma melhor qualidade de vida para o concelho nomeadamente relativa ao uso de glifosato, faziam-no por uma questão prática uma vez que consideravam que a moção não clarificava quais seriam as alternativas existentes. -----

----O Deputado Municipal Artur Sanina referiu que por vezes tinha dificuldade em encontrar palavras quando lhe eram dados determinados argumentos ou justificações. Era o seu segundo mandato e, francamente pensava que quando se enveredava pela política seria no sentido de através do diálogo e através de consensos se procurar melhorar a vida das pessoas e do concelho. -----

----No BE não tinham tido qualquer problema em votar outras moções fossem elas do PS ou do Partido Social Democrata (PSD) sempre que considerassem que estas trariam melhorias para a população e para o concelho. Aquela moção independentemente das leis, dos decretos-lei que eram referidos e das recomendações que serviam de base às justificações apresentadas para votarem de determinado modo, como por exemplo acontecia com as recomendações para os estudos que tinham que ser elaborados para a execução do furo de Aljezur. Realmente tinha dificuldade em compreender os argumentos, especialmente do PS, uma vez que sempre que pretendiam recomendar à Câmara Municipal para que os produtos que eram prejudiciais à população e ao concelho não fossem utilizados nos seus serviços, que não tinha qualquer mal, ainda necessitavam de recomendações, leis, ou decretos-lei, para que não fosse posto em prática. Era visível que aquelas substâncias ainda eram utilizadas no Concelho de Tavira, que as crianças e os animais circulavam nas zonas onde eram colocadas, e que a agricultura usava bastantes pesticidas e que, apesar de regulamentadas pelos decretos-lei, por recomendações ou listas que eram elaboradas, dentro daquelas áreas não eram proibidas. -----

----Questionava ainda que mal tinha a moção para não ser colocada à votação uma vez que apenas recomendavam a sensibilização das empresas, dos utilizadores do glifosato ou outros produtos, que pretendiam sensibilizar as escolas, as crianças para a utilização dos mesmos, sobretudo pelo que estava a suceder a nível mundial como tinha sido dito pelo Deputado Municipal José Graça e que estava a ter repercussões, como era o caso verificado em França. -----

----Acrescentou que em conversações que tinha tido com alguns vereadores da Câmara Municipal de Tavira, diziam que como alternativa para a agricultura a solução passava por uma agricultura intensiva. -

----Já ali se tinham referido à pera abacate e podia dizer que tinha recebido um artigo que referia que para satisfazer as mordomias e as necessidades da europa em termos de pera abacate, presentemente o Chile tinha zonas em que os rios tinham secado e as populações para terem água tinham que ser abastecidas por autotanques que eram a única forma de terem água nas suas localidades.-----

----Para terminar reafirmou que não conseguia compreender os argumentos que eram apresentados para a não aprovação daquela moção. -----

----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção “Melhor ambiente para Tavira” a votação que foi rejeitada com dezoito votos contra dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo**

Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Jorge Silva, José Epifânio Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Ricardina Jesus, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, sete abstenções dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Carlos Marcelino, Hugo Gomes, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Rodrigo Aires e Silvino Oliveira, e um voto a favor do Deputado Municipal Artur Sanina. -----

----O Deputado Municipal Rui António não votou por não se encontrar na sala.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal informou que até àquele momento, o PS tinha usado oito minutos do seu tempo disponível, o PSD, dois minutos e dezanove segundos, o BE já tinha ultrapassado o seu tempo em três minutos, a Coligação Democrática Unitária (CDU) tinha utilizado cinquenta e seis segundos e o Nós Cidadãos ainda não tinha utilizado o seu tempo. -----

----Continuou, passando à saudação apresentada pela bancada do PS, "*1.º Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais*". -----

----O Deputado Municipal José Graça disse que se tratava de uma moção muito sintética e que referia apenas os pontos que o Presidente da Assembleia Municipal tinha tido o gosto e a honra de remeter, enviando as conclusões do Congresso. -----

----Na sessão anterior daquela Assembleia Municipal tinham, por unanimidade, recomendado à Câmara Municipal a adesão daquela Assembleia Municipal. -----

----Além dos termos que tinham apresentado na proposta gostava ainda de salientar e felicitar o Presidente da Assembleia Municipal pela sua eleição para o Conselho Geral da Associação Nacional das Assembleias Municipais e propor aos Grupos Parlamentares presentes naquela Assembleia Municipal a aprovação da moção que apresentavam bem como o acompanhamento dos trabalhos que tinham vindo a ser desenvolvidos pela Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM). -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Saudação "*1.º Congresso da ANAM*" à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Hugo Gomes, Jorge Silva, Jorge Corvo, José Epifânio Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Ricardina Jesus, Sílvia Soares e Silvino Oliveira e uma abstenção do Deputado Municipal Rodrigo Aires. -----

----O Deputado Municipal Rui António não votou por não se encontrar na sala.-----

----A saudação integral da moção foi anexada à presente ata como documento número dois.-----

----Passou à recomendação apresentada também pela bancada do PS intitulada: "*Pela redução de plásticos no Município de Tavira*". -----

----O Deputado Municipal José Graça referindo que a moção era clara, disse que se referia à situação da utilização dos plásticos que estava a atingir níveis catastróficos e, particularmente naquele mês de junho

em que tinham celebrado, no dia oito, o Dia Mundial dos Oceanos, as televisões, os órgãos de comunicação social tinham divulgado muitas notícias sobre a sobreutilização dos plásticos mas também e, sobretudo, referentes ao seu abandono na natureza.-----

----Presentemente falava-se que dentro de cinquenta anos existiriam mais plásticos nos oceanos do que peixes e, de facto, sendo os oceanos uma das principais fontes de vida na terra, viam como necessário adotar pequenas medidas para reduzirem os plásticos, no que fosse possível, quer a nível pessoal quer a nível institucional.-----

----Ao longo dos anos o Município de Tavira tinha sido pioneiro na adoção de diversas estratégias e políticas amigas do ambiente pugnando pela salvaguarda e valorização do seu património natural sendo também um dos primeiros a eliminar todas as lixeiras da área do concelho e a controlar a emissão de poluentes através de medidas de reciclagem, redução, reutilização.-----

----Lembravam que Tavira tinha sido um dos primeiros concelhos a nível nacional a ter, e a ser, distinguido nas suas praias com a bandeira azul da europa, mas também e mais recentemente em colaboração com a ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (ALGAR), a realizar e apoiar eco eventos destacando-se daquela forma pelo compromisso de redução do impacto ambiental resultante das iniciativas de espaço público e promovendo a gestão adequada dos resíduos sendo exemplos paradigmáticos do envolvimento e empenhamento quer do Município de Tavira, quer dos seus parceiros, a Feira da Dieta Mediterrânica ou o Algarve *Bike Challenge*.-----

----Daquela forma, o que propunham ao Município era que progressivamente desenvolvesse um plano de ação alargado em articulação com as empresas que trabalhavam naquela área e que eram participadas pelo Município de Tavira, nomeadamente a TaviraVerde, as Águas do Algarve, S.A. e a Algar, mas também com as freguesias do concelho, para a dinamização de ações de sensibilização na área da educação ambiental para a redução do consumo de plástico no seu território. -----

----Gostariam também, e aquela era uma proposta e um desafio que deixavam aos serviços de apoio da Assembleia Municipal, que na Assembleia Municipal seguinte para além dos copos de vidro que eram reutilizáveis e que dispunham, também passassem a ter ou garrafas de vidro ou jarros de vidro para que todos pudessem consumir água da torneira que, como sabiam, era produzida no Concelho de Tavira na Freguesia de Santo Estevão e que alimentava meio milhão de algarvios, tendo sido distinguida a nível mundial como a primeira água certificada para consumo humano, dando daquele modo um passo significativo e desafiando todos e Município de Tavira para se envolverem naquela estratégia de redução progressiva da utilização de plásticos.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que relativamente àquela recomendação, de facto o problema dos plásticos, sobretudo do problema dos microplásticos era infelizmente de dimensão mundial, sendo que os portugueses estavam na vanguarda do combate àquele flagelo. Recordava que tinham um barco em volta ao mundo a fazer recolha de amostras de água para no final elaborar um

estudo relativo ao tema, sendo que os valores dos primeiros relatórios que iam elaborando eram verdadeiramente preocupantes.-----

---Relativamente à recomendação concordavam na generalidade, no entanto gostariam, para votar favoravelmente, fosse efetuada uma pequena alteração. No final do segundo parágrafo onde dizia que a *“União de Freguesias de Faro não pode ficar de fora desta mudança tão urgente e necessária...”* fosse acrescentado, *“nem o Município de Tavira”*.-----

---**O Presidente da Assembleia Municipal informando que a alteração solicitada já tinha sido efetuada pois estavam em Tavira e não em Faro, colocou à votação a recomendação *“Pela redução de plásticos no Município de Tavira”* a votação, que foi aprovada por unanimidade.**-----

---**O Deputado Municipal Rui António não votou por não se encontrar na sala.**-----

---**A recomendação integral foi anexada à presente ata como documento número três.**-----

---O Presidente da Assembleia Municipal disse que iriam continuar no período antes da Ordem do Dia mas antes pretendia informar os deputados municipais que tinham nas suas mesas os cartões de Deputado Municipal que por questões que se prendiam com a proteção de dados não continham os contactos, dispondo de espaço para tal, pelo que se assim o entendessem e pretendessem colocar os contactos e assinarem, tal tinha que ser efetuado com uma caneta especial que os serviços de apoio disponibilizariam.-----

---Relembrando que os tempos de intervenção estavam a ser controlados, passava novamente a palavra para as intervenções que entendessem fazer no período antes da Ordem do Dia. -----

---Verificando que não existiam intervenções informou que iriam entrar na Ordem do Dia relativamente ao que iria pedir uma alteração. Assim, se estivessem de acordo, solicitava que iniciassem pelo ponto número treze, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 141/2018/CM, referente à atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e de Bons Serviços e Dedicção visto se tratar de um ponto em que tinham que realizar uma votação, o que levaria algum tempo. Assim, para que não perdessem muito tempo começaríamos por aquele ponto passando de seguida ao ponto número um, transmitindo os resultados assim que estivessem apurados.-----

---Verificando que ninguém se opunha, o Presidente da Assembleia Municipal iniciou a Ordem do Dia pelo ponto número treze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 141/2018/CM, referente à atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e de Bons Serviços e Dedicção cuja proposta já tinha sido votada em reunião da Câmara Municipal e que se tratava da atribuição de uma medalha de mérito Grau Ouro, quatro medalhas de mérito Grau Prata e uma medalha de mérito Grau Cobre, sendo que três daquelas medalhas se destinavam a cidadãos do concelho e as restantes três a uma Cooperativa, uma Associação de Socorros Mútuos e a um Clube Desportivo. -----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo informou que relativamente àquela proposta tinha recebido um correio eletrónico de um dos proponentes, Rui Palmilha Amaro, que tinha o teor que passava a ler:

“Prezado Jorge Corvo, agradeço que faça chegar ao Presidente e membros da Assembleia, o seguinte texto. -----

---No passado dia 12 de junho fui contactado telefonicamente pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal para informar que iria propor à Assembleia Municipal uma homenagem à minha pessoa no próximo dia 24 de junho, Dia da Cidade.-----

---Fiz-lhe lembrar que há cinco anos na reunião de Câmara Municipal de 29/09/2013, na qualidade de Vereador, solicitei que ficasse lavrado em ata, e ficou, a vontade de não aceitar qualquer homenagem política. Agradeço que seja respeitado este meu pedido, solicitando à digníssima Assembleia que seja retirada a proposta. -----

---Com os melhores cumprimentos-----

---Rui Manuel Palmilha Amaro” -----

---O Deputado Municipal José Graça disse que relativamente àquela missiva de Rui Amaro apenas pretendia tecer dois comentários.-----

---A homenagem que o Município de Tavira fazia, não era uma homenagem política no sentido de ser uma homenagem partidária. Caso viesse a ser aprovada por aquela Assembleia Municipal, tal como todas as outras homenagens que aprovavam naquela sessão e como tinham aprovado noutras, era uma homenagem de quem representavam naquele local, uma homenagem dos munícipes de Tavira, traduzindo-se numa homenagem institucional do Município de Tavira que os representava.-----

---Por outro lado queria também suscitar ao Presidente da Assembleia Municipal que a proposta não poderia ser retirada porque se tratava de uma proposta global que apresentava um conjunto de pessoas apesar de serem votadas individualmente.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal referiu que era evidente que não poderia retirar a proposta. Tratava-se de uma votação pessoal e em conjunto e, além disso, tal como o Deputado Municipal José Graça tinha dito, não considerava que se tratasse de um reconhecimento político, mas antes o reconhecimento de um cidadão como outros que ali tinham sido apresentados. -----

---O Presidente da Câmara Municipal disse que no dia da semana anterior em que tinha telefonado a Rui Amaro para o informar que o Executivo Municipal, por proposta da maioria, tinha votado por unanimidade, os sete, a sua distinção, tinha-o feito por uma questão de cidadania. Obviamente que existia uma avaliação do percurso das pessoas, mas pensava que Rui Amaro tinha muito mais do que uma dimensão política, tendo sido durante muitos anos Presidente de Junta e um cidadão atleta que desde sempre tinha estado ligado às associações como dirigente associativo. -----

---Confirmava que lhe tinha dito que não pretendia ser homenageado e o que lhe tinha respondido tinha sido que a proposta já estava votada e que essa era uma deliberação que a Assembleia Municipal iria tomar, porque verdadeiramente aquela não era uma distinção da Câmara Municipal, nem do Presidente da Câmara Municipal.-----

----Pretendia ainda lembrar que nos termos do Regulamento de Atribuição de Medalhas, quem distinguia os cidadãos era a Assembleia Municipal em nome dos tavirenses. Tinham elaborado a proposta e não tinha mais nada a acrescentar sobre aquela matéria pois não era o Presidente da Câmara ou um Vereador que distinguia qualquer cidadão sendo aquela uma competência da Assembleia Municipal cuja votação se realizava por escrutínio secreto. -----

----O Deputado Municipal Rodrigo Aires disse que não podia concordar que aquela homenagem não fosse um reconhecimento político, visto Rui Amaro ter sido um distinto autarca daquela Assembleia Municipal, do concelho, e como tal sendo a Assembleia Municipal um órgão político do Concelho de Tavira, quando era atribuída uma medalha a um cidadão, era-lhe conferida não apenas pelo seu voto de cidadania mas também pela sua atitude política. Assim, considerava que era também um reconhecimento político da atividade de Rui Amaro. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal solicitou que os deputados municipais procedessem à votação que seriam recolhidas pelos serviços de apoio. -----

----Passou ao ponto número um referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.-----

----Verificando que o projetor não entrava em funcionamento disse que, se os deputados municipais não vissem inconveniente e como forma de gerir melhor o tempo, avançariam para o ponto número dois referente à apreciação do Relatório e Contas 2017 – TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.-----

----O Presidente da Câmara Municipal referiu que tinham a obrigação de apresentar aos órgãos municipais as contas das empresas municipais. Pelas contas da TaviraVerde verificavam que a empresa apresentava uma situação equilibrada. Como sabiam se a empresa TaviraVerde obtivesse um resultado negativo a Câmara Municipal teria que liquidar a verba correspondente à sua responsabilidade, cinquenta e um por cento.-----

----O que verificavam era que, por aquele relatório, a empresa municipal TaviraVerde apresentava uma situação equilibrada. Obviamente que o relatório e contas transmitia uma apreciação geral sobre a qualidade dos serviços da TaviraVerde, número de funcionários, indicadores, rácios, todo o plano da empresa, sendo importante conseguirem manter o tarifário o mais baixo possível, pelo menos que não aumentassem face ao que estava a acontecer no regime da alta e que a empresa não apresentasse prejuízo porque, se tal acontecesse, seria a Câmara Municipal e o sócio privado que teriam que colocar a verba correspondente à sua quota para as perdas uma vez que nos termos da Lei 50 as empresas municipais não podiam transitar com prejuízo nos exercícios. Tal não tinha acontecido no ano em apreço, tendo a empresa obtido um resultado líquido de exercício de cerca de quinhentos e quinze mil euros, o que considerava adequado em termos dos investimentos que tinha que fazer, pois como sabiam, a empresa estava a efetuar um conjunto de investimentos de alargamento da rede na Picota, na

zona da Almiranta, tendo portanto um conjunto de situações que tinha vindo a resolver sendo que no seu plano de atividades também estava previsto continuarem a dar mais qualidade e a investir na rede para que mais pessoas pudessem ter água, como era o caso da Picota e outras na serra, e também saneamento bem perto da Tavira, onde ainda não existia, como era o caso concreto da Almirante e toda a zona da Luz de Tavira e de Santa Maria, onde existiam ainda muitos locais sem saneamento. -----

---Considerava que era importante que a empresa obtivesse aquele tipo de resultados, sendo que obviamente também tinha um conjunto de compromissos por força do acordo parassocial que tinha sido elaborado por altura da sua criação, pelo que seria sempre uma empresa “mal-amada” no Município de Tavira visto muitos considerarem que aquela gestão deveria de ser do Município, o que eram opções, sendo que ele próprio, há uns anos atrás, tinha votado contra a criação da empresa, todavia sendo uma realidade, um ativo que tinham, tinham que cuidar e tratar como vinham a fazer ao longo dos anos. -----

---Apesar de uma prestação de serviços com mais ou menos crítica, a TaviraVerde tinha obtido resultados positivos e, pelo menos, Tavira era conhecida como uma terra limpa. -----

---Para terminar disse que a TaviraVerde tinha três contratos estabelecidos com a Câmara Municipal de Tavira, o contrato de gestão da água, pelo qual cobrava e vendia água, saneamento e lixo, cobrando às pessoas, que não era um contrato mas o pacto inicial, o contrato de gestão de verdes o contrato de limpeza de praias, sendo que os três contratos significavam praticamente uma transferência para a TaviraVerde, todos os anos, de cerca de dois milhões de euros. -----

---O Deputado Municipal Rodrigo Aires disse que efetivamente a TaviraVerde tinha um relatório muito extenso e pensava que muito bem elaborado. Tinha-o lido de uma forma breve porque apenas o tinha recebido muito perto da Assembleia Municipal visto estar ali em substituição do Deputado Municipal efetivo, mas havia uma questão que lhe tinha chamado à atenção. -----

---No ponto dezanove o Conselho de Administração tinha decidido proceder à distribuição dos rendimentos pelos acionistas e não tinha distribuído apenas os quinhentos e quinze mil euros mas um milhão. Assim, não lhe parecia que fossem para investimento como o Presidente da Câmara Municipal tinha dito, desconhecendo em que se tinha baseado, mas antes distribuir pelos acionistas. -----

---Realçava ainda a questão do imobilizado que tinha sido entregue à TaviraVerde, que na altura tinha sido valorizado em cinco milhões de euros e que, presentemente, de acordo com o Revisor Oficial de Contas (ROC), estava valorizado em três milhões, quatrocentos e setenta e cinco milhões de euros, do que a Câmara Municipal não obtinha qualquer rendimento. Assim, gostaria que o Presidente da Câmara Municipal esclarecesse a Assembleia Municipal, para saberem qual era a razão por que a TaviraVerde ia distribuir aqueles dividendos uma vez que tinha que fazer investimentos, que pensava terem efetuado bons investimentos, mas também desconhecia a razão que os levava a efetuar aquela distribuição que

não era de quinhentos e quinze mil euros mas de um milhão de euros que para perfazer aquela verba tinham adicionado os rendimentos do ano anterior. -----

---O Presidente da Câmara Municipal disse que quando a TaviraVerde tinha sido criada, tinha tido que ter dois indicadores, sendo que um era remuneração do acionista privado e outro, uma remuneração do projeto inteiro, cerca de treze por cento para o projeto e cerca de doze por cento para o acionista. O que iria acontecer era que em 2024, data em que seguramente já não seria Presidente da Câmara Municipal, o Município de Tavira teria que tomar uma opção, ou continuar com um sócio privado que detinha quarenta e nove por cento do capital social ou voltar a ter cem por cento. No final de 2024, dentro de seis anos, e reafirmava que já não seria Presidente da Câmara Municipal, o acionista privado teria que ter uma remuneração dos seus capitais, uma vez que para eles era um negócio, de doze vírgula seis por cento que representavam alguns milhões de euros naquele contrato da TaviraVerde. Assim, poderiam não pagar nada ao acionista e a gestão seguinte do Município de Tavira teria que liquidar cerca de dez milhões de euros de uma só vez. -----

---Considerava que tinham que ir começando a pagar ao acionista para que a fatura em 2024 não fosse tão pesada. Até ao presente não tinha havido qualquer distribuição de dividendos mas teria que começar a acontecer pois não sendo no presente, seria por altura do encerramento das contas da TaviraVerde e alguém teria que pagar. -----

---O Executivo tinha decidido, ou validado, não onerar o mandato seguinte, independentemente de qual fosse, com uma dívida gerada por aquele contrato relativamente ao que, como membro da Assembleia Municipal, tinha votado contra por nunca ter concordado com a criação da empresa TaviraVerde, ele próprio e os autarcas do PS daquela altura. Uma vez criada a TaviraVerde tinham que ser responsáveis e respeitar os contratos e, sobretudo, ir pagando todos os anos uma fatura que lhes cabia relativa à remuneração do acionista em vez de deixar tudo para o Executivo seguinte. Assim, tinham que efetuar uma gestão apertada e não empurrar para debaixo do tapete como os portugueses eram muito bons a fazer e, depois, mais para a frente logo veriam. -----

---Era aquela questão que explicava a remuneração do acionista, e como não podia haver remuneração acionista apenas para o privado por ser ilegal, esta tinha também que ser distribuída para o público. Se não o fizessem, para a Câmara Municipal, para o atual Executivo seria bom, mas consideravam que não seria o que deveria de acontecer. -----

---Tinham distribuído quinhentos e quinze mil euros acrescidos de cerca de quatrocentos mil para gerir em termos de investimento porque a partir daquela data teriam que pensar em fazer algo quanto àquela matéria sob pena de dentro de cinco anos o sócio privado reclamar toda a verba, que poderiam estar certos de que se não dispusessem poderiam pedir um empréstimo pois o sócio privado, o Grupo AGS, não se importaria com as dificuldades financeiras que a Câmara Municipal tivesse. -----

---Tinham que ter a perceção que aquele contrato da TaviraVerde tinha encargos financeiros muito violento porque enquanto presentemente a remuneração de um projeto se situava em cerca de sete por cento, aquele tinha treze vírgula setenta e dois por cento, pois tinha sido realizado numa boa altura para os privados, todavia aquela era a realidade que tinham. -----

---O Deputado Municipal Rodrigo Aires disse que o Presidente da Câmara Municipal não tinha explicado o facto do imobilizado que a TaviraVerde tinha recebido, cinco milhões de euros, não estar contabilizado e, de acordo com o ROC, estar desvalorizado para três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil euros, não tendo a Câmara Municipal recebido qualquer verba. Assim, perguntava se a rede que tinha sido entregue à TaviraVerde não tinha qualquer remuneração, ou tinha apenas desvalorização. -----

---O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a rede estava inscrita no ativo imobilizado do Município de Tavira, não tendo passado para o património da TaviraVerde. O que tinha acontecido tinha sido que a remuneração da utilização das condutas nunca tinha sido efetuada porque desde o primeiro dia tinha havido o entendimento, no ato de constituição inicial, que a TaviraVerde utilizaria desde logo as condutas que existiam e nunca tinham pago qualquer valor quanto a isso pelo que o ROC, que tinha elaborado aquele relatório, desde o primeiro dia tinha inscrito aquela dúvida metódica contabilística nas contas da empresa, referindo que a TaviraVerde deveria de liquidar, o que não acontecia. -----

---Não era gestor financeiro, mas quanto à depreciação pensava que seria por conta de amortizações, contudo teria que confirmar melhor. O ativo era aquele e ia-se deteriorando em função dos anos que iam passando de acordo com um plano de amortizações como acontecia com todos os ativos imobilizados. -----

---O Deputado Municipal Artur Sanina referiu que relativamente à questão do imobilizado e redes, que tinha sido levantada pelo Deputado Municipal Rodrigo Aires eram da mesma opinião da CDU, mas pretendia formular duas questões. -----

---Pensavam que o resultado não espelhava a realidade da TaviraVerde. A TaviraVerde tinha efetuado empréstimos bancários de cerca de dois milhões de euros e tinha um contencioso com as Águas do Algarve que tinha perdido em 1ª. Instância sendo que o valor que era reclamado pelas Águas do Algarve não se encontrava refletido no passivo da empresa, portanto o passivo da empresa não era o apresentado, até porque já tendo perdido em 1ª. Instância era espectável que voltasse a perder. -----

---Relativamente aos dividendos também era da mesma opinião do Deputado Municipal Rodrigo Aires.

---Da análise do relatório do ROC surgia a questão do imobilizado, do empréstimo, justificado pelo aumento do consumo de água. Contudo a situação já existia anteriormente pelo que não considerava que fosse justificação e ainda havia a questão do assunto que estava em contencioso que, para eles, não estava refletido no passivo. -----

---Para terminar chamou à atenção para as reuniões de trabalho que tinham vindo a realizar com diversas entidades no concelho, fossem de segurança ou outras, sendo que tinham solicitado já por

quatro vezes à TaviraVerde uma reunião para debater a sua situação e demonstrarem as preocupações que tinham, contudo a única resposta que tinham obtido a um dos pedidos que tinham efetuado, tinha sido de que o gestor estava fora, estava de férias. -----

----O Presidente da Câmara Municipal referiu que a TaviraVerde tinha um endividamento, mas considerava que tinham que ser mais objetivos para tratar daqueles assuntos. -----

----Relativamente ao passivo da empresa, ela tinha sido constituída há vinte anos uma vez que não dispendo a Câmara Municipal de verbas para investir nas redes tinha-se juntado a uma empresa privada que tinha colocado capital tendo a Câmara Municipal cedido as condutas, os funcionários e mais algumas outras coisas. Tinham adquirido maquinaria financiando-se fortemente na banca e recebendo algum capital relativo aos suprimentos por parte do acionista privado uma vez que a Câmara Municipal, na altura do seu antecessor, não tinha forma de se financiar tendo assim aproveitado a possibilidade da criação de empresas municipais. -----

----Era certo que a empresa tinha um endividamento elevado, cerca de dez milhões de euros, pelo que no ano transato tinha renegociado alguns créditos que possuía tendo que se financiar novamente para liquidar a comparticipação nacional das candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) porque para as intervenções se realizarem tinha que ser liquidada a comparticipação pública que representava a parte que a TaviraVerde tinha que pagar, que não tendo a TaviraVerde liquidez, não seria possível liquidar as intervenções não sendo por isso possível colocar água na Picota ou saneamento na Almiranta, pelo que tinha tido que recorrer ao endividamento que não tinha sido o Município de Tavira mas a TaviraVerde, porém o Município de Tavira era acionista maioritário detentor de cinquenta e um por cento e o contrato de liquidação do empréstimo que teria que estar resolvido até 2024, altura em que terminaria o contrato de concessão. -----

----Com todo o respeito que o Deputado Municipal Artur Sanina lhe merecia pensava que tinha que saber que eram as Águas do Algarve, embora a TaviraVerde também numa parte, que não tinham provisionado o valor de quatro milhões de euros. Já tendo explicado e não seria por o fazer várias vezes que a explicação seria diferente. Em determinada altura tinha havido a necessidade de ser construída uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em Tavira, chamada ETAR do Almargem, que estava concluída, sendo que para tal tinha sido necessário formalizar um contrato de ligação do saneamento à ETAR do Almargem garantindo que o adutor levava o saneamento total para a ETAR do Almargem, sendo alguém tinha permitido que fosse colocado no contrato o pagamento de mínimos de saneamento que chegasse à ETAR do Almargem. Como o adutor não tinha sido ligado devido à existência de lagoas junto ao Hotel do Vila Galé Albacora, se os deputados municipais se recordavam o esgoto saía ali, e apenas algumas vezes era feita uma descarga na zona de Cabanas, o que já não acontecia há muitos anos, o saneamento que era para entrar na ETAR do Almargem, não tinha entrado. Assim, o que tinha acontecido tinha sido que as Águas do Algarve tinham debitado os mínimos à

TaviraVerde, no valor de quatro milhões de euros de mínimos de saneamento que não tinham entrado na ETAR, que desconheciam se se tratavam de águas salobras, águas de salinas, ou se realmente tinha acontecido, mas o certo era que tinham apresentado a fatura. -----

----Quando tinha tomado posse tinha-lhe sido apresentada a situação tendo dito que não liquidavam por considerarem, ele próprio como jurista, que se tratava de uma cláusula nula uma vez que as Águas do Algarve não podiam debitar saneamento que não tinha entrado na ETAR que constituía o fundamento para que as Águas do Algarve, as Águas de Portugal S.A., construissem uma ETAR maior pois necessitava de ter a correspondência, o que tinha sido aceite por alguns presidentes de câmara municipal, nomeadamente Tavira e Vila Real de Santo António. -----

---Diretamente para o Deputado Municipal Artur Sanina que havia levantado a questão, pretendia esclarecer que de facto tinham perdido em 1ª. Instância, porém tinham já ganho duas ações na Relação o que significava a anulação de um milhão de euros relativamente ao que já não havia recurso possível.-

---Andava em litígio com o Grupo Águas de Portugal (AdP) já há cerca de oito anos de modo a não liquidarem a quantia de cerca de quatro milhões de euros, sendo que em determinada altura o Grupo AdP tinha inscrito a dívida da TaviraVerde nas suas contas como forma de justificar um ativo que não reconheciam como existente, pelo que, já tendo passado por dois Governos, vinha a diligenciar para retirar a verba do balanço do Grupo AdP, o que ainda não tinha conseguido. -----

----Concluiu reafirmando que o saneamento não tinha entrado na ETAR pelo que estavam a contestar aquela cláusula em Tribunal. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que apenas pretendia fazer uma pequena recomendação que decorria do relatório apresentado. De facto tratava-se de um relatório equilibrado, de um relatório que espelhava que o acionista privado tinha sido remunerado tal como o Município, e tinha resultados líquidos. No entanto, tendo algumas preocupações quanto à TaviraVerde, deixava uma recomendação de reforço e que estava relacionada com a limpeza de verdes e de árvores porque na cidade de Tavira, e bem, o parque de verdes tinha crescido bastante, as árvores tinham crescido mas presentemente grande parte da cidade lutava com muitas dificuldades provocadas pelo parque de verdes. Assim, recomendavam à Câmara Municipal que reinvestisse a remuneração recebida, em limpeza. -----

----O Presidente da Câmara Municipal agradeceu o contributo do Deputado Municipal Jorge Corvo e referiu que era o que estava a acontecer pois aquele retorno iria ser utilizado para a reestruturação dos verdes visto existirem árvores que tendo sido plantadas de uma determinada forma tinham crescido originando presentemente graves problemas, nomeadamente no Mato Santo Espírito, na Quinta da Pegada e outros, pelo que aquela verba e outra, que não seria suficiente, destinava-se a requalificar aqueles espaços verdes. Estavam a elaborar projetos de requalificação de árvores com muitas a serem abatidas ou substituídas. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número um referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal visto o projetor já estar pronto.-----

----O Presidente da Câmara Municipal referiu que a apresentação que iria fazer dizia respeito aos acontecimentos dos últimos três meses, desde abril.-----

----Mostrou imagens de alguns eventos.-----

----Referiu-se à “*Cerimónia do 25 de Abril*” em que o cantor Paulo de Carvalho tinha atuado no Mercado da Ribeira.-----

----Informou que o “*Programa Viva a Primavera*” estava a terminar sendo que teria o último espetáculo no dia 30 de junho e que se tratava de uma promoção cultural com as associações do concelho.-----

----Mostrou um conjunto de atividades ligadas ao “*Programa Viva a Primavera*”.-----

----Quanto à “*Mostra da Primavera*”, que tinha acontecido em abril mostrou algumas expressões artísticas promovidas por um conjunto de associações.-----

----Disse que o “*Programa Viva a Primavera*” tinha tido um custo total de cerca de cem mil euros, entre apoios financeiros e meios, que tinham sido distribuídos pelas associações para a constituição de um cartaz cultural realizado no período de três meses.-----

----Mostrou uma encenação da Armação do Artista – Associação Artístico-Cultural e Desportiva.-----

----Referiu o “*Festival Sérgio Mestre*” que se tinha realizado no Parque do Palácio da Galeria.-----

----Informou que a exposição de António do Carmo já tinha terminado estando para inaugurar no dia sete seguinte uma exposição da Fundação Calouste Gulbenkian que considerava muito boa, intitulada “*Mulheres Modernas na Obra de José de Almada Negreiros*”.-----

----A exposição “*Viver para servir: documentos de António Cabreira*” tinha acontecido no Arquivo Municipal.-----

----Apresentou mais um conjunto de iniciativas na área cultural, realizadas nas Igrejas.-----

----Referiu um conjunto de espetáculos que tinham acontecido com a colaboração das associações.-----

----A iniciativa de teatro e gastronomia “*Cataplay*” tinha sido realizada no âmbito do “*Programa 365 Algarve*” que tinham recebido por via dos acordos de parceria entre os municípios.-----

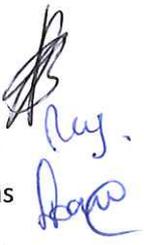
----Indicou as muitas iniciativas desportivas que se tinham vindo a realizar ao longo daquele período.-----

----Disse que o “*Programa Todos a Caminhar*” tinha tido há dois dias atrás o seu epílogo no corrente ano.-----

----O “*Festival de Gastronomia do Mar*” também se tinha realizado tal como muitas feiras e festivais.-----

----Tinham acontecido vários Workshops e Conferências dos quais destacava a “*Conferência Internacional sobre Gestão Cultural*” que se tinha realizado naquela Biblioteca Municipal.-----

----Quanto ao “*Dia Nacional do Pescador*” tinham comemorado no Salão Nobre dos Paços do Concelho com a presença de quatro pescadores tendo-se realizado também a “*Procissão do Corpo de Deus*”.-----



----Tinha-se realizado a “Semana do Ambiente” em que durante cinco dias tinha sido possível as crianças se deslocarem à zona da baixa da cidade para realizarem atividades na área da criança e do ambiente.----

----Passando ao tema de obras e urbanismo referiu a ponte sobre o Rio Gilão cujo procedimento pensava estar em fase de esclarecimentos. -----

----Quanto à reabilitação do CineTeatro António Pinheiro o processo encontrava-se em Tribunal de Contas.-----

----Tinha assinado no dia anterior o contrato para o reforço da sinalização que iria permitir, por exemplo, sinalizar a ecovia e novamente a estrada de Santa Luzia onde as marcas já se encontravam apagadas.-----

----Relativamente ao procedimento da escola de Santo Estevão, que ficaria praticamente nova, já tinham rececionado do Tribunal de Contas, pelo que estava para ser consignada iniciando-se a intervenção assim que o ano letivo terminasse. -----

----Já tinham aberto as propostas para a rede viária de Santa Luzia, para a pavimentação de várias ruas. -

----Tinha assinado no dia anterior o contrato para as telecomunicações nas escolas.-----

----A empreitada de reabilitação dos parques infantis do concelho estava a decorrer. -----

----A intervenção na escola da Conceição já estava a suceder. -----

----A empreitada de requalificação da 270 em Santa Catarina da Fonte do Bispo estava a acontecer naquele momento, estando prevista terminar em agosto, todavia o empreiteiro dizia que pretendia terminar antes do prazo. -----

----Estavam a substituir árvores e a requalificar passeios nalguns locais. -----

----Quanto ao Edifício do Compromisso Marítimo a estrutura estava para ser retirada a qualquer momento uma vez que a consolidação do edifício já se encontrava executada. -----

----Estavam a efetuar algumas reparações nas casas de habitação social.-----

----A empreitada de conservação da Biblioteca Municipal já estava terminada.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que apenas se queria referir a uma questão que pensava terem abordado na Assembleia Municipal anterior e que não estava refletida na apresentação mas considerava importante que constasse da seguinte, ou pelo menos estivesse em projeto porque se tratava de uma necessidade que era básica sobretudo para pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção, o elevador do edifício da Câmara Municipal. -----

----O Presidente da Câmara Municipal informou que se encontrava em projeto tal como a ponte do Almargem. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal referiu que ia indicar o resultado da votação para a atribuição das medalhas de modo a terminarem o ponto número treze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 141/2018/CM, referente à atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e de Bons Serviços e Dedicção. -----

----Medalhas Municipais de Mérito – Grau Ouro: -----

----Jean Pierre Patrick Rancher – vinte votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções. -----

----Medalhas Municipais de Mérito – Grau Prata: -----

----Maria Teodósia Candeias Carvalho – vinte e dois votos a favor, um voto contra e quatro abstenções.-----

----Rui Manuel Palmilha Amaro – Vinte e dois votos a favor, um voto contra, uma abstenção, dois votos nulos e um voto em branco.-----

----Cooperativa Agrícola de Produtores de Azeite de Santa Catarina da Fonte do Bispo – vinte e seis votos a favor e uma abstenção. -----

----Montepio Artístico Tavirense-Associação de Socorros Mútuos – vinte e cinco votos a favor, um voto contra e uma abstenção. -----

----Medalhas Municipais de Mérito – Grau Cobre: -----

----Clube de Basquetebol de Tavira – vinte e três votos a favor, um voto contra e três abstenções. -----

----Relativamente aos pontos seguintes pretendia propor que o Presidente da Câmara Municipal fizesse a análise dos pontos três e quatro em simultâneo pois eram ambos relativos à EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., Lda. (EMPET), a apreciação do Relatório e Contas à data da dissolução – EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., Lda. e a apreciação do Relatório e Contas do Exercício 2017 – EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M., Lda. em liquidação. Estava a efetuar aquela proposta uma vez que se tratava de um relatório e contas à data da dissolução e o outro com a parte que estava em liquidação, pelo que presumia que seria possível efetuar a análise e colocarem as questões em simultâneo. -----

----O Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratavam de documentos para conhecimento que tinham que ser apresentados na Assembleia Municipal. -----

----Como era do conhecimento dos deputados municipais, o universo da Câmara Municipal era composto pela Câmara Municipal, TaviraVerde e EMPET, sendo que a EMPET se encontrava em dissolução. -----

----Relativamente ao ponto número três referia-se concretamente ao relatório da dissolução que tinha ali sido deliberada sob proposta da Câmara Municipal. Assim, dando cumprimento ao deliberado, o primeiro procedimento que o administrador liquidatário tinha que efetuar quando incumbido daquela tarefa e tendo sido nomeado para tal era, no prazo de sessenta dias, apresentar um relatório sobre a situação em que a empresa se encontrava. Tratava-se da descrição do estado da empresa que, obviamente era elaborado conjuntamente com o ROC que trabalhava com a empresa. Na prática, era a apresentação em sessenta dias do resultado que tinha encontrado, seguramente que alguma liquidez e um património cujo valor do ativo era ainda superior ao passivo. -----

----Quanto ao ponto número quatro dizia respeito à apresentação do Relatório e Contas do Exercício 2017, em liquidação, relativamente ao que tinham pedido um esclarecimento à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) quanto à obrigatoriedade de, em caso de o relatório e contas registar resultados negativos e tratando-se de uma empresa que estava em liquidação sendo titulada em noventa e seis por cento pela Câmara Municipal, efetuar uma injeção de verba correspondente ao valor da quota, cuja resposta tinha sido positiva. A EMPET que se encontrava praticamente liquidada tinha registado um resultado líquido de exercício negativo em cerca de duzentos e sessenta e nove mil euros, sendo que noventa e seis por cento correspondiam à Câmara Municipal e quatro por cento à Agência De Desenvolvimento de Tavira S.A. (AGETAV) que se encontrava em fase de insolvência, pelo que a Câmara Municipal teria que cobrir cerca de duzentos e cinquenta e seis mil euros para constar do imobilizado líquido, ou seja, do património da empresa em liquidação.-----

----Assim, da mesma forma que o administrador dispunha de sessenta dias para elaborar o relatório após a data da dissolução, há cerca de um ano, em abril, também tinha que elaborar o relatório e contas do exercício da EMPET em 2017, a 31 de dezembro, sendo aquela a razão por que existiam dois relatórios, um indicando que a empresa tinha liquidez, outro, o resultado de 2017 que a Câmara Municipal teria que suportar o correspondente a noventa e seis por cento das perdas da empresa em função da depreciação do imobilizado, o que queria dizer que teria que transferir toda aquela verba, o que aconteceria logo após aquela Assembleia Municipal.-----

----O Deputado Municipal Rodrigo Aires solicitou uma informação quanto ao impacto da dissolução da EMPET nas contas da Câmara Municipal pois existia no relatório consolidado da Câmara Municipal, uma duplicação do valor de empréstimos que a Câmara Municipal teria que contratar. Assim, gostava de saber, tendo em conta a valorização do relatório que referia a distribuição de dezassete por cento para a EMPET, trinta e quatro por cento para a TaviraVerde e quarenta e nove por cento para a Câmara Municipal, efetivamente qual seria o impacto da dissolução da EMPET nas contas da Câmara Municipal. Preocupava-se realmente com aqueles resultados uma vez que a Câmara Municipal estava com dezoito milhões de euros em empréstimos que transitariam no corrente ano. -----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que o relatório consolidado seria elaborado após o resultado dos dois pontos em apreço, pelo que não conseguia responder naquele momento qual seria o impacto da dissolução da EMPET nas contas do Município de Tavira até porque ainda não tinham tomado a decisão final quanto àquele processo.-----

----O Deputado Municipal Rodrigo Aires insistiu se o Presidente da Câmara Municipal já não teria uma ideia sobre o que iria acontecer. -----

----O Presidente da Câmara Municipal respondeu que em matéria contabilística apenas teriam uma ideia quando confrontados com a documentação final, pelo que não conseguiam ainda efetuar a avaliação do

impacto tendo apenas tentado gerir o processo para que fosse o menor possível nas contas da Câmara Municipal.-----

----O administrador liquidatário, que também tinha pedido a prorrogação do prazo da liquidação em mais um ano de modo a continuar a fazer o seu trabalho, o que estava previsto nos termos, tinha a missão de vender património e colocar ao sócio maioritário a opção final quanto ao modo de atuação. Assim, naquele momento desconhecia qual seria o valor.-----

----Sabiam que a EMPET tinha um passivo, tinha ações judiciais pendentes e um ativo resultante do que sobrava do parque da dação em pagamento que na altura tinha sido efetuada. Como sabiam, o Parque de Feiras e Exposições tinha sido resultado de um investimento de mais de quinze milhões de euros, na forma de empresa, a EMPET, cuja composição inicial tinha sido de cinquenta e um por cento para a Câmara Municipal e quarenta e nove por cento para a AGETAV a quem, em determinada altura, a Câmara Municipal tinha recomprado as ações pelo valor nominal de um euro de modo a diminuir o risco da AGETAV mas aumentando exponencialmente o risco da Câmara Municipal que tinha ficado com noventa e seis por cento do capital da empresa que tinha sido criada com um endividamento de milhões euros, um capital social de quinhentos mil euros, para um investimento de milhões euros no Parque de Feiras e Exposições que, a partir de 2011, devido ao caus urbanístico e imobiliário que tinha ocorrido, tinham ficado a gerir aquela dívida com muita dificuldade.-----

----Presentemente a situação ainda não tinha consolidado nas contas da Câmara Municipal que apesar de a dívida ser menor era preocupante mas desconhecia qual seria o impacto que teria visto a dissolução ou a liquidação ainda não estar concluída. Apenas sabiam o impacto que teria quando o administrador, o liquidatário, lhes apresentasse a questão após ter realizado todos os procedimentos, hastas públicas, negócios, indicando o ativo e o passivo, para que pudessem decidir um de dois cenários possíveis.-----

----O primeiro cenário seria a internalização, o que significava que a Câmara Municipal receberia todo o ativo e as dívidas que consolidariam imediatamente no património da Câmara Municipal ficando esta responsável por tudo.-----

----O segundo cenário passaria pela insolvência que poderia acontecer em que a Câmara Municipal não assumiria o que quer que fosse, sendo os credores a assumir, no caso concreto, uma empresa privada que tinha instaurado uma ação judicial contra a EMPET para cobrar o que não havia realizado, trabalhos a mais, cujo processo se encontrava em Tribunal a tramitar para o Supremo Tribunal de Justiça e, o segundo credor que era a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo (CCAM), o único credor bancário que a empresa tinha.-----

----No caso do cenário da internalização todas as dívidas, todo o património, passariam para a Câmara Municipal que assumiria tudo, no caso da insolvência quem tivesse emprestado verbas, assumiria as

suas responsabilidades, sendo certo que os lotes não mudariam de lugar porque se encontravam em Santa Margarida e haveriam de ser vendidos.-----

---Era evidente que naquela matéria tentariam, como sempre, ser o mais responsáveis possível e defenderiam acerrimamente os interesses do Município, porque não podiam ter uma gestão municipal endividada que os inibisse de realizar o que eram as ações com que se tinham comprometido, cumprindo assim o programa que tinham apresentado.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que tinha ali sido abordado o que considerava ser o ponto mais crítico da EMPET, que era o processo judicial que gostaria de ver mais clarificado, nos diversos patamares dos Tribunais, de que forma tinha tramitado e quais eram as perspectivas quanto à decisão do Supremo Tribunal.-----

---O Presidente da Câmara Municipal referiu que não podia antecipar decisões judiciais. Tinham ganho as ações em 1ª. Instância e perdido na Relação, sobre o que tinham apresentado uma reclamação que tinha seguido para o Supremo Tribunal, onde o processo se encontrava, sendo que os juízos eram imponderáveis pois tinham perdido na Relação as ações contra o consórcio Alexandre Barbosa Borges, S.A. e Domingos da Silva Teixeira, S.A. que tendo apresentado reclamação, os membros Desembargadores tinham alterado a decisão e decidido a favor do consórcio.-----

---Tratava-se de uma sentença que tinham escrito com cuidado, mas que tinham alterado alegando estarem enganados, tendo dado razão ao consórcio. Já tinha vivido no mundo judicial e tinha algumas dúvidas pelo que tinham assumido uma reclamação para o Supremo Tribunal, que aguardavam decisão, e relativamente ao que estavam confiantes.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo questionou se por via daquela questão tinham sido criadas mais ou menos provisões consoante o avanço, pois não estava refletido.-----

---O Presidente da Câmara Municipal disse que existiam provisões nas contas.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo questionou qual era a provisão atual pois na contabilidade constava apenas a situação por altura em que a EMPET tinha ganho a ação e que supostamente não subiria ao Supremo Tribunal.-----

---O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não alteravam as provisões em função do desenrolar do processo pois enquanto houvesse possibilidade de recurso a decisão era provisória.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que apenas estava a questionar qual seria a perspectiva, a provisão.-----

---O Presidente da Câmara Municipal respondeu que as provisões se encontravam no balanço e que esperavam ganhar a ação.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo insistiu questionando sobre quanto era a parte que estava a ser pedida na ação.-----

----O Presidente da Câmara Municipal respondeu que basicamente estavam a falar em quatro milhões de euros ou mais. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo referiu que seriam cinco milhões de euros. -----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que aquele não era o valor da provisão. O valor que estava em causa em Tribunal entre capital e juros rondaria os quatro milhões e quinhentos mil euros, que estavam a tentar não pagar.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte propondo que analisassem em simultâneo os pontos número cinco, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 97/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia Santa Luzia – Festa dos Pescadores, número sete, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 110/2018/CM, referente à atribuição de apoio às Freguesias do Concelho – Festas de Verão e o ponto número doze, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 132/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo – Feira Franca Anual que se relacionavam com apoios às freguesias.-----

----Acrescentou que os Deputados Municipais poderiam questionar por que razão constava em pontos diferentes, mas tal devia-se ao facto dos pedidos à Câmara Municipal terem sido efetuados em datas diferentes.-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que os apoios às freguesias para a organização das festas de verão já era uma tradição que se tinha iniciado com a Festa de Santa Luzia tendo posteriormente sido alargado às restantes. O valor total das propostas era o mesmo do ano anterior com a exceção de Cachopo que em vez de ter o valor de dois mil euros tinha passado a quatro mil euros. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 97/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia Santa Luzia – Festa dos Pescadores a votação, que foi aprovada por unanimidade. -----

----Quanto à proposta número 110/2018/CM, referente à atribuição de apoio às Freguesias do Concelho – Festas de Verão foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

----A proposta número 132/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo – Feira Franca Anual foi aprovada por unanimidade.-----

----Passou ao ponto número seis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 106/2018/CM, referente ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Tavira – Versão final. -----

----O Presidente da Câmara Municipal explicou que se tratava de uma alteração pontual ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, já votada em reunião de Câmara Municipal, sujeita a consulta pública onde não se tinham verificado aditamentos, pelo que, na prática, seria para que o concelho de Tavira tivesse um novo Regulamento nos termos da Lei atual.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 106/2018/CM, referente ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Tavira – Versão final a votação, que foi aprovada por unanimidade. -----

----Dando seguimento à Ordem do Dia passou ao ponto número oito sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 123/2018/CM, referente ao Regulamento do Regime de Acesso e Gestão do Parque Habitacional – Versão final que tinha tido que ser adaptada. -----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que também se tratava de uma alteração pontual ao Regulamento de Atribuição e Gestão de casas municipais, que eram cerca de seiscentas, e que estabelecia ou redefinía, nos termos da Lei ou do Regulamento, as condições de atribuição de casa e de gestão municipal bem como o que se chamava Bolsa de Habitação Social por freguesia, porque não existia a discriminado por residentes de freguesia o que por vezes poderia originar uma certa iniquidade relativamente aos moradores das freguesias, razão porque tinha sido corrigido nos termos do Regulamento dando possibilidade aos serviços de avaliarem as famílias também de acordo com as suas freguesias de origem. -----

----Concluiu dizendo que também não tinha tido comentários em consulta pública. -----

----O Deputado Municipal José Graça disse que pretendia congratular-se com a celeridade com que o Município de Tavira tinha promovido a aprovação daquele Regulamento. De facto, na Assembleia Municipal anterior tinham sido colocadas questões relacionadas com a habitação tendo assistido nessa sessão ao compromisso do Presidente da Câmara Municipal de que o Regulamento estaria em condições de ser aprovado naquela sessão, como se verificava. -----

----Pretendiam deixar ali o registo e sublinhar que estavam a ser dados passos importantes para resolver um problema grave esperando que de futuro fossem dados outros. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 123/2018/CM, referente ao Regulamento do Regime de Acesso e Gestão do Parque Habitacional – Versão final a votação, que foi aprovada por unanimidade. -----

----Passou ao ponto número nove sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 127/2018/CM, referente à Prestação de Contas Consolidadas – 2017. -----

----O Presidente da Câmara Municipal referiu que naquele relatório e contas consolidadas tinham efetuado a junção dos três ativos e passivos, Câmara Municipal e empresas municipais TaviraVerde e EMPET, em liquidação. -----

----Quanto ao resultado pretendia frisar, que achava ser um número importante, o resultado da dívida consolidada do grupo constante na página vinte e seis, que tinha baixado oito vírgula zero três por cento no ano de 2017. Considerava que era um valor importante para uma dívida do grupo, de curto, médio e longo prazo, em ano de eleições, que tinha reduzido oito vírgula zero três por cento totalizando vinte e

seis milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e novecentos e setenta e quatro euros e, sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco euros de curto prazo.-----

---O ativo do grupo era de duzentos e sessenta e um milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e oitocentos e oitenta e oito euros, o valor do património municipal. -----

---O resultado financeiro era positivo em um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e um euro tendo o resultado extraordinário também sido positivo. Era um valor importante uma vez que a dívida consolidada não tinha aumentado mas baixado porque era pelo grupo Município de Tavira que eram avaliados pelo Ministério das Finanças.-----

---Terminou dizendo que aquele valor do grupo todo era inferior à dívida do ano de 2009 apenas da Câmara Municipal. -----

---O Deputado Municipal Rodrigo Aires referiu que tendo a gestão sido efetuada no sentido da redução da dívida verificavam que quer para a TaviraVerde como para a EMPET aqueles impactos passavam para o dobro conforme constava na página dezoito do relatório.-----

---Para além disso os Revisores de Contas referiam que existia um saldo negativo no valor de cinco milhões, cento e vinte e nove mil e cento e trinta e dois euros. Tinha ainda a referir que o Município não tinha preparado os mapas de fluxos de caixa consolidados e que não estava a ser cobrada renda pelo imobilizado que estava entregue à TaviraVerde, o que considerava que deveria de acontecer. A TaviraVerde já existia há vinte anos, e o Presidente já era Presidente da Câmara Municipal há quase doze, por conseguinte já poderia ter efetuado as correções necessárias, se ainda não o tinha feito tinha sido porque efetivamente alguma coisa estava parada, devendo ser corrigida, porque realmente a atualização tinha vindo a ser efetuada uma vez que inicialmente o valor era de cinco milhões de euros e presentemente estava em cerca de três milhões e quinhentos mil euros, não tendo existido qualquer rendimento por da Câmara Municipal liquidado pela TaviraVerde, o que considerava que deveria de haver.-----

---Entretanto, no que se referia aos fluxos financeiros, que considerava um erro daquele relatório, era um erro porque se tratava de um documento obrigatório de acordo com a Portaria. Além disso, existia um valor negativo que o preocupava, desconhecendo se também aos restantes outros membros da Assembleia Municipal, mas sempre que as autarquias se encontravam com valores de milhões na parte negativa ficava algo preocupado. -----

---O Deputado Municipal José Graça disse que apenas para que ficasse registado em ata pretendia lembrar quatro valores aos membros da Assembleia Municipal e também para que o público ficasse ciente. Quando, naquele dia, tinha falado de uma dívida total do Grupo Municipal no valor de vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e quatro euros, recordava que no dia 31 de dezembro de 2009, como o Presidente da Câmara Municipal já tinha referido, o valor da dívida

apenas do Município era superior àquele. Pretendia referir aqueles quatro valores para completar a discussão que tinham tido relativamente à EMPET para que olhassem o futuro com alguma esperança.--

----Segundo o anuário financeiro das Autarquias Locais, as contas auditadas aprovadas por aquela Assembleia Municipal em abril de 2010 e auditadas, claramente por um conjunto de entidades, naquela data, no dia 31 de dezembro de 2009, a EMPET tinha uma dívida acumulada de quinze milhões, cento e quarenta e oito mil euros, a TaviraVerde de dez milhões, setecentos e sessenta e dois mil euros e o Município de Tavira de vinte e nove milhões, quinhentos e catorze mil pelo que a dívida do Grupo Municipal se cifrava em cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e cento e vinte e cinco euros. Eram aqueles quatro valores que deviam ter na memória e perceber que ao longo dos últimos nove anos tinha sido percorrida uma caminhada de progressiva redução da dívida mas sobretudo de grande contenção sem se deixar de fazer investimento.-----

----Terminou reiterando que registava com apreço aquela evolução e pedia que ficasse lavrada em ata, para memória futura do trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que não estava a pensar iniciar a sua intervenção por aquele assunto mas uma vez que o Deputado Municipal José Graça o tinha abordado recordava-se bem, porque tinha assistido, de no meio do mandato anterior terem existido vários constrangimentos e problemas e o que tinha sido dito relativamente às regras que tinham sido implementadas que, de facto, tinham sido difíceis e provocado em todos os municípios fortes constrangimentos, mas que praticamente na generalidade dos municípios, as contas tinham tendido a equilíbrios.-----

----Assim considerava que não podiam *"ter sol na eira e chuva no nabal"*, ou seja, que todos os constrangimentos provocados pelas políticas do PSD durante aquele período tinham dado resultados que ao Deputado Municipal José Graça custava reconhecer mas que assim era, e que infelizmente esperava que não tivessem que passar por situação igual que, se viesse a acontecer, não fosse com o mesmo Governo para não ser sempre o mesmo a ter que lidar com situações de recuperação como aquela que lhes dava tão má fama.-----

----Relativamente aos relatórios em si, não iria discutir o relatório consolidado porque já tinham discutido os problemas e as virtudes de cada um, no entanto, pretendia abordar uma questão que já tinha referido quanto a outros e que considerava não existir qualquer necessidade para acontecer. Tratava-se de uma questão formal, da falta do mapa de fluxos de caixa consolidado que era um documento obrigatório e que lamentava que não integrasse o relatório, pensando que teria sido propositado porque o que tinha sido assumido era a sua não obrigatoriedade, todavia a legislação referia que era obrigatório. Podia parecer que pretendiam alegar aqueles pontos, porém o certo era que o mapa não integrava o relatório, o que, daquela vez até constava no relatório do auditor, e impedia uma análise limpa e que os resultados que o Deputado Municipal José Graça tinha referido não

pu­dessem ser mais valorizados, im­pedindo-os assim de darem uma nota positiva e um voto favorável àquele relatório.-----

----O Presidente da Câmara Municipal frisou que, quanto ao mapa de fluxos de caixa de umas contas consolidadas, diziam-lhe os financeiros da Câmara Municipal, secundados pela Vereadora Ana Paula Martins, que estava ali ao meu lado e que também era financeira, que em contas consolidadas com duas empresas municipais não podiam existir mapas de fluxos de caixa, de operações orçamentais porque a forma dos orçamentos era diferente, não existindo nas empresas municipais, o que significava que os documentos não eram compatibilizáveis. Era pois o que diziam os financeiros e ele confiava mas podiam estar certos de que aquelas contas consolidadas seriam apresentadas no Tribunal de Contas, como era obrigatório, e o Município de Tavira, que sempre as tinha elaborado da mesma forma, tinha as contas visadas até ao ano de 2014. -----

----O que pretendiam era que o ROC escrevesse o que entendesse, preferencialmente bem, sendo que nunca tinham dito para retirar da sua certificação o que quer que fosse ou entrado em disputa sobre o que estava certo ou errado, sendo certo que aquelas contas consolidadas seriam remetidas para o Tribunal de Contas como estavam que, se assim entendesse, diria que faltava um documento relativamente ao qual dariam algumas explicações, todavia, naquele momento, convictamente, consideravam que o documento não era necessário e até impossível pelo motivo indicado.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que, de facto, não se tratava de um mapa automático, que tinha que ser elaborado manualmente para consolidar, o que era trabalhoso, mas no corrente ano até tinham disposto de mais tempo para o elaborar porque tinham aprovado as contas com anterioridade, ao contrário do que constava na Lei, e cingia-se apenas à Lei, artigo 4.º da Portaria 474/2010, que referia as componentes das demonstrações financeiras consolidadas e, no ponto 7, n.º 1, alínea c) referia o mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais, pelo que não visualizava outra interpretação da Lei. -----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que aquela interpretação era idêntica à interpretação que o Deputado Municipal tinha tido noutra sessão da Assembleia Municipal em que afirmava que as contas não podiam ser aprovadas em fevereiro, tendo lido também legislação, todavia a questão estava mais do que esclarecida pela DGAL, e considerava que cada um tinha a interpretação que pretendia, mas pensava que não fazia sentido.-----

----Não era financeiro, mas apresentava o documento com confiança. A dívida tinha reduzido oito vírgula zero três por cento e as contas estavam auditadas contendo a certificação do ROC para apreciação.-----

----Concluiu dizendo que as contas sempre tinham sido elaboradas daquela forma e que estavam visadas pelo Tribunal de Contas até ao ano de 2014, pelo que confiadamente iriam remeter também aquelas da forma como estavam elaboradas.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que a interpretação da DGAL relativamente à contestação às contas e à integração do saldo de gerência, no documento que o Presidente da Câmara Municipal tinha lido, no final, referia taxativamente que não deviam de ser apresentadas naquela altura sendo que a Regulamentação tinha sido elaborada mesmo para evitar aquela situação.-----

----Portanto era uma Lei, estava escrita, e o sentido da intervenção que tinham feito era de contribuir para que se fosse cumprido o que estava escrito. Daquela feita até tinham sido reforçados pelo Relatório do ROC e pensavam que pura e simplesmente não havia necessidade.-----

----O Presidente da Câmara Municipal reafirmou que consideravam que o documento não era necessário.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal referiu que aquela discussão era inútil porque o Tribunal de Contas, sendo a entidade máxima na questão, se assim o entendessem, mandaria alterar o Relatório e Contas.-----

----**Colocou a proposta número 127/2018/CM, referente à Prestação de Contas Consolidadas – 2017 a votação, que foi aprovada por maioria de vinte votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Jorge Silva, José Epifânio Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Ricardina Jesus, Rui Manuel António, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, seis votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Artur Sanina, Hugo Gomes, Jorge Corvo, Leonardo Martins e Silvino Oliveira, e uma abstenção do Deputado Municipal Rodrigo Aires.**-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo solicitou a apresentação de uma Declaração de Voto.-----

----Referiu que votavam contra a Prestação de Contas Consolidadas – 2017 tendo por base o que constava na certificação do ROC sobretudo no que se referia à falta do mapa de fluxos de caixa.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dez relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 129/2018/CM, referente à 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----

----O Presidente da Câmara Municipal explicou que aquela revisão tinha como finalidade acomodar o valor que tinham que transferir para a EMPET, duzentos e cinquenta e sete mil euros.-----

----Tinha que ser efetuada aquela revisão porque a verba não estava prevista no Orçamento inicial, pelo que, para que houvesse uma alteração ao orçamento tinha que haver uma revisão uma vez que estava a ser criada uma rubrica nova.-----

----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 129/2018/CM, referente à 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano a votação, que foi aprovada por maioria de vinte votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Jorge Silva, José Epifânio Graça, José Mateus Costa, José Otilio**

Baia, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Ricardina Jesus, Rui Manuel António, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, seis votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Hugo Gomes, Jorge Corvo, Leonardo Martins e Silvino Oliveira, e duas abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Rodrigo Aires.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo declarou que atendendo a que tinham votado contra o Orçamento davam sequência votando contra a revisão.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número onze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 130/2018/CM, referente à 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal.

---O Presidente da Câmara Municipal disse que em matéria de pessoal destacava algumas ações que tinham realizado, nomeadamente a contabilização de todos os pontos do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) que os funcionários tinham obtido ao longo do tempo, tendo sido reposicionados nos níveis remuneratórios correspondentes, nas carreiras integradas no regime SIADAP, no regime de contrato de trabalho em funções públicas.-----

---Em cumprimento ao mapa de pessoal que tinha sido aprovado no ano anterior, tinham concursos abertos, entre os quais, talvez por ser simbólico e não estar previsto, a abertura de concursos para os trabalhadores precários que tinham estado na função pública aproveitando o período especial de regularização de precários onde tinham definido também, cujo concurso estava aberto, para assistentes operacionais e assistentes técnicos.-----

---Presentemente o que estavam a solicitar à Assembleia Municipal era uma alteração ao mapa de pessoal que permitiria abrir concursos de progressão para as carreiras não revistas, Bombeiros Municipais, na categoria de Subchefe, Bombeiro de 1ª. e Bombeiro de 2ª. para o que iriam abrir concursos de modo a que os bombeiros pudessem concorrer e ser promovidos nas suas carreiras, que já não acontecia há vários anos, sendo que era o primeiro ano em que a Lei permitia progressões nas carreiras não revistas.-----

---Também estavam a prever abrir concurso para outra carreira não revista que era a de fiscais municipais que também não tinha alteração há muito tempo pelo que tinham considerado ser normal que tivesse um concurso para poderem progredir na carreira, para o escalão a seguir, e ainda para as carreiras de informática, técnico superior.-----

---Tratavam-se de três carreiras não gerais da função pública, onde se incluía ele próprio que era inspetor na Segurança Social, pelo que sendo carreiras não revista o regime a adotar era o da antiga orgânica, de promoções por concurso público.-----

---A alteração ao mapa era para incorporar aquelas situações que não estavam previstas no mapa de pessoal do ano anterior cuja Lei por via do Orçamento do Estado tinha passado a permitir, pelo que iriam usar aquela faculdade.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que já tinham pedido explicações ao Vereador Rui Domingos pois existia um quadro que não conseguiam entender, porque lia quinhentos e quarenta e quatro postos de trabalho previstos, pelo que não conseguiam perceber realmente o que ali estava previsto.-----

---A Vereadora Ana Paula Martins explicou que o mapa continha os lugares a prever e os lugares que estavam ocupados e, portanto, no mapa resumo parecia que iam admitir muitas pessoas. Tinham lugares que não estando ocupados tinham que ser previstos uma vez que havia quem estivesse noutras câmaras ou, por exemplo, no caso dos bombeiros em que nove bombeiros estavam a terminar o estágio que após concluído, passavam a bombeiros de 3.ª, razão porque constavam nos dois locais, como estagiários e como bombeiros de 3.ª, o que também acontecia no caso dos Chefes de Divisão que estavam previstos enquanto Chefes de Divisão e enquanto técnicos nos seus respetivos lugares.-----

---Aquele era o mapa que tinha sido aprovado e na soma fazia parecer que iriam abrir concurso para cento e uma pessoas, todavia porque as pessoas constavam em várias colunas teriam que analisar caso a caso.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo referiu que pelo que tinha percebido, se concorresse alguém do exterior, o pessoal da Câmara Municipal que estava para progredir na carreira poderia não progredir entrando outros para os lugares e estes ficando onde estavam.-----

---A Vereadora Ana Paula Martins explicou que aquela era outra questão. Não estavam a falar nos concursos que eram internos mas abertos para aquelas carreiras.-----

---No mapa as pessoas estavam previstas no cargo onde estavam e onde poderiam vir a estar, por exemplo um fiscal de 1.ª estava previsto como tal estando também previsto um lugar para especialista que por via do concurso poderia concorrer alguém de fora e ficar à sua frente, razão pela qual tinham que prever em dobro.-----

---A questão era que se a pessoa não fosse colocada por via do concurso não haveria verba para lhe pagar porque todo aquele quadro representava valores que tinham que estar refletidos sendo a razão por que normalmente no final do ano o Vereador Rui Domingos costumava questionar sobre quais eram as alterações ao orçamento, porque iam retirando a verba que sobrava e reforçando outras rúbricas, não havendo outra forma de o prever.-----

---O Deputado Municipal Silvino Oliveira mencionou que as questões eram no sentido de ficarem a perceber o funcionamento do mapa, todavia considerava que poderiam ter recebido os dados em forma de cenários, sendo que por força da nova legislação que pretendiam aproveitar, poderiam haver diferentes cenários, com incorporações ou não, o que considerava ser mais fácil de perceber.-----

---O Presidente da Câmara Municipal disse que não podiam elaborar um documento que não fosse um documento normal para aquela função. Tinham tentado explicar, respondendo às questões que sabiam, mas aquele era o modo como funcionava. O documento era elaborado pelos serviços tendo em conta

um conjunto de orientações, mas havia duplicações, sendo que quando o concurso estivesse concluído, sobriaria verba e os postos de trabalho seriam acertados no mapa de pessoal seguinte. -----

----Concluiu dizendo que pretendia que ficassem esclarecidos do modo como o mapa era elaborado. ----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que tinham ficado contentes com os quinhentos e quarenta e quatro postos de trabalho que pensavam estar previstos.-----

----O Deputado Municipal José Graça referiu que se colocava no lugar de todos os colegas funcionários da Câmara Municipal que pertenciam a carreiras não revistas e que não tinham progredido nos últimos anos. Cumpria no dia vinte dois de dezembro do corrente ano, dez anos de tomada de posse na sua atual situação profissional e ao longo desses dez anos não tinha tido qualquer concurso de promoção na carreira, e dizia-o, porque existiam situações no Município de Tavira e em muitos outros, iguais à sua. ---

----Congratulava-se como já tinha dito na sessão da Assembleia Municipal em que tinham aprovado o mapa de pessoal, com a resolução da situação dos precários e saudava a abertura do concurso por parte da Câmara Municipal, mas naquele dia pretendia acrescentar ao que tinha referido naquela Assembleia Municipal, uma saudação muito especial ao Governo por permitir que se fizesse justiça com centenas de milhares de funcionários públicos que ao longo dos últimos dez anos tinham ajudado a pagar a crise. ----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que também gostava que os professores que tinham mais de vinte anos sem mudar de carreira fizessem parte da Câmara Municipal porque assim também teriam as carreiras revistas. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo referiu que falava dos privados que também tinham sido penalizados não tendo tido direito a progressões ou retroativos e nem valia a pena reclamar.-----

----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 130/2018/CM, referente à 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal a votação, que foi aprovada por unanimidade.**-----

----Passando ao ponto número catorze da Ordem do Dia sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 149/2018/CM, referente à Prorrogação do prazo de liquidação da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., Lda., referiu que se tratava do primeiro ponto dos três que tinham sido aditados e cujo tema já tinha sido abordado sendo aquela a proposta formal.-----

----O Presidente Câmara Municipal disse que a questão era muito simples. Tinham uma proposta validada na Assembleia Municipal de liquidação da EMPET estando previsto que a mesma se concretizasse no prazo de um ano, eventualmente prorrogável por mais um. -----

----O liquidatário tinha-lhes pedido mais tempo, até um ano de prorrogação, para poder efetuar e apresentar o cenário para a elaboração de um plano de liquidação que permitisse as melhores opções. Existia um conjunto de iniciativas que ainda não estavam concluídas por um ou outro motivo, pelo que tinham considerado positivo que o prazo que estava previsto de início fosse alargado para uma liquidação até dois anos para posteriormente tomarem as decisões finais quanto àquela matéria. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que relativamente àquele ponto iriam voltar a abordar duas questões diferentes, a questão formal e a questão estratégica.-----

----Na questão formal, aquele era um documento em que o ano de prorrogação que estava a ser pedido se tinha iniciado no dia vinte e quatro de maio, portanto desde esse dia até à presente data que a EMPET já estava no período de prorrogação sem qualquer pedido de autorização àquela Assembleia Municipal. Sendo que aquela matéria tinha que ser sujeita à deliberação da Assembleia Municipal considerava que, no mínimo, era falta de respeito a sua apresentação um mês depois quando já se encontravam em plena atividade sendo que aos deputados municipais apenas lhes cabia pura e simplesmente abanar a cabeça, visto não haver mais nada a fazer. Aquele era o aspeto formal que lhe custava voltar a mencionar mas que era um facto.-----

----Quanto à questão estratégica aquele Parque Industrial com todos os problemas do passado, com o que já ali tinham falado quanto à questão da sua constituição e dos seus propósitos, constituía-se como uma questão estratégica para a cidade visto não existir outro polo de desenvolvimento senão aquele Parque Industrial, não havendo outra solução para tirar atividades de cariz industrial da cidade senão transferindo-as para o Parque.-----

----Para a dinamização do Parque Industrial havia uma questão que consideravam fundamental e que era a transferência dos serviços municipais de modo a criar ali um polo de atração para todos aqueles que quisessem investir. O Parque Industrial fazia parte tanto do plano estratégico do programa eleitoral do PS como do PSD.-----

----Colocavam-se diversos cenários para a resolução daquela questão sendo que um deles nem queria cogitar por considerar que o Município de Tavira era uma pessoa de bem, uma vez que a insolvência com os particulares ou os credores a pagarem que, se fossem privados seria quase no foro do dolo, embora naquela situação fosse relativamente diferente, mas de qualquer modo, pensava que não fazia sentido e não era uma boa política de gestão deixarem um Parque como aquele, que para a sua construção tinha sido efetuado um empréstimo bancário, no caso maioritariamente à CCAM de Tavira, quer ao empreiteiro que tinha executado a obra independentemente do litígio existente.-----

----Iriam votar favoravelmente porque estavam convictos que a política seria no sentido de viabilizar e de gerar mais-valia naquele Parque, com emprego e dinamismo para a cidade e ao mesmo tempo promover uma cidade mais virada para o turismo, mais cosmopolita e livre das atividades que estariam no sítio certo, no Parque Industrial.-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que obviamente que respeitava as opiniões. O Executivo tinha que resolver um problema e para tal levava mais tempo do que era suposto porque as questões eram complexas. Estavam no domínio da opinião e como tal respeitando as opiniões, não tinham sido quem tinha criado o problema estando contudo a resolvê-lo em nome do Município de Tavira,



salvaguardando os apoios às famílias que futuramente tinham que dar e que pudessem efetuar investimentos. -----

----O Parque não ia para lado nenhum, que ele soubesse tinham-se estado a vender lotes e havia mais empresas a instalar-se no Parque Industrial, a Driscoll's expandir-se, a Trops iria ter quatro lotes, havia uma outra empresa que tinha adquirido quatro ou seis lotes, em hasta pública realizada pelo liquidatário tinham sido vendidos sete lotes, o que considerava uma coisa boa que estava a acontecer. --

----Quanto a ficarem ou não com o Parque, veriam, pois dependia dos cenários, porque presentemente considerava que não valia a pena gastar dinheiro naquela fase, porque teriam que assumir com os lotes e as dívidas, evitando assim gastar dinheiro duas vezes, até porque certamente o Tribunal de Contas não aceitaria. O que constava da internalização era que entregariam verbas aos bancos e, para que constasse, ele não tinha pedido dívidas a ninguém porque quando tinha tomado posse tinha dívidas para pagar e, que ele soubesse, os credores não tinham nada a dizer do Município de Tavira, nada, nenhum, inclusivamente a CCAM porque também tinham existido contas no Millennium BCP, no Banif, tal como presentemente na CCAM. -----

----O único credor da EMPET chamava-se CCAM estando as prestações todas em dia e dispondo a EMPET de verba para pagar as prestações de mais um ano pois tinha liquidez devido à venda de lotes o que queria dizer que os credores estariam salvaguardados.-----

----Quando tinha tomado posse os credores que fornecessem a Câmara Municipal recebiam num prazo de mais de duzentos dias e presentemente recebiam em doze ou treze dias, sendo o que considerava respeito pelos credores, até porque não se recordava do PSD no ano 2009 abordar a questão do prazo de pagamento aos fornecedores ou credores e, tendo sido membro da Assembleia Municipal durante doze anos, também não se recordava de ter sido colocada aquela questão. Considerava que o importante era respeitar os credores, todavia não seria a liquidar tudo o que entendessem principalmente quando estavam a ser leoninos e abusadores por cobrarem trabalhos a mais que, na opinião do Executivo, estavam mal contabilizados ou não existiam. -----

----Reconheciam as dívidas mas também queria dizer que para estarem em situação de tomarem decisões tinham tido que restituir hipotecas sobre o Parque de modo a continuarem a ter financiamento porque estavam a tentar protelar aquele processo. Não tinha qualquer problema em dizê-lo porque o que não podia acontecer era arcar com uma dívida que não tinham pedido e nada mais acontecer, tendo apenas que liquidar empréstimos aos bancos em vez de fazerem pavimentações, habitação social, não podendo programar nada, e Tavira em vez de estar na moda, estaria na moda a pagar dívidas que alguém tinha constituído. Tal não podia acontecer, pelo que tinham que gerir o processo efetuando pagamentos relativos ao Parque razão porque tinham elaborado uma candidatura de cinco milhões de euros ao Programa Operacional Regional do que tinham recebido três milhões de euros a fundo perdido referente a um Parque que já se encontrava construído e que ninguém se tinha lembrado de candidatar

sendo tudo liquidado com capital próprio. Deixava aquela nota apenas para dizer como a questão tinha sido gerida.-----

----Presentemente nenhum credor tinha nada a dizer dos últimos anos da execução municipal sendo que estavam a trabalhar para respeitar os compromissos. -----

----Terminou dizendo que os deputados municipais também seriam confrontados com opções, como o Executivo, para os demais diversos patamares, tomando as melhores decisões de modo a cumprirmos programas e pelo respeito pelas pessoas, obviamente também pelos bancos, que respeitavam porque não pretendiam magoar ninguém, porém não deixariam de tomar algumas decisões que tivessem que tomar. -----

----O Deputado Rodrigo Aires questionou se iria onerar ou aliviar a EMPET. Estavam ali a conceder mais um ano à EMPET para efetuar a liquidação, pelo que gostaria de saber se iria onerar mais a dívida da EMPET ou aliviar a Câmara Municipal.-----

----O Presidente da Câmara Municipal respondeu que iria aliviar na medida em que a EMPET tinha liquidez e presentemente já não tinha funcionários e outras despesas no âmbito do plano de internalização que ali tinha sido aprovado. Assim, tinham internalizado os quatro ou cinco funcionários que tinham passado para a Câmara Municipal salvaguardando daquela forma os postos de trabalho por respeito às pessoas. Depois, também no âmbito da internalização pretendiam o edifício ao lado da Câmara Municipal, o LevelUp, que era um *leasing* que a EMPET estava a liquidar não tendo ainda passado porque o plano de liquidação do mesmo estava efetuado. Também tinha passado uma carrinha.

----Quanto ao restante, o administrador, o liquidatário tinha que, através da venda de lotes ter ativos suportáveis o que queria dizer que no final daquele processo com a venda de lotes, não podia fazer outra coisa do que ir pagando à banca não necessitando contudo de vender ao desbarato. Ia realizando dinheiro e pagando as faturas à banca. Era certo que o imobilizado, se vendesse lotes, ia baixando mas a dívida à banca também, nem que fosse devido aos distrates hipotecários que fossem efetuados entretanto e que não existiam, porque a CCAM que era o único credor, não permitia escrituras que não fossem acompanhadas por eles. Por exemplo se recebessem trezentos tinham que entregar no imediato duzentos, para liquidar e efetuar o distrato da hipoteca que, como todos sabiam, era por essa razão que se chamava compra, venda e distrato, o que queria dizer que dentro de um ano não teria mais dívida, o património seguramente depreciaria alguma coisa, pelo que veriam em que condições o processo de liquidação final lhes chegaria para poderem trabalhar. -----

----Terminou dizendo que aquela era a única missão do liquidatário, não podia inventar, aliás era normal que o próprio liquidatário fosse responsabilizado nos termos da Lei pelos atos de liquidação que realizava. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que não percebia em que circunstância tinham referido algo contra exatamente o que tinha acabado de ser dito, porque o que tinham mencionado era que iriam

ultrapassar a questão formal visto que o que interessava era prosseguir o caminho que tinha vindo a ser realizado, de cumprimento, e evitando a todo o custo a insolvência porque a insolvência tinha custos para os próprios clientes a quem a EMPET presentemente estava a vender os lotes, pelo que não podiam nunca colocar o cenário de estarem a vender lotes de um Parque Industrial que provavelmente poderia entrar em insolvência, sendo pois o pior cenário que podiam passar a eventuais investidores.----

----Assim estavam a votar a favor daquela proposta que era apresentada fora do prazo no pressuposto de continuarem a resolver e contribuir para que a EMPET fosse uma mais-valia do Município de Tavira e, que dentro uns anos, o Presidente da Câmara Municipal e eles próprios pudessem dizer que ainda bem que ali tinham investido porque tinham um bom Parque Industrial. -----

----Pensava que não tinha dito nada contra, nem tinha sido a ideia daquela bancada, porque aquele discurso todo à volta do incumprimento e do cumprimento que o Presidente da Câmara Municipal tinha efetuado, ele não se tinha referido a tal. De facto tinham existido dívidas, existiam dívidas, mas o Município de Tavira era um município sólido em receitas que também tinham sido deixadas. -----

----Concluiu dizendo que era no espírito de contribuir para uma atitude positiva e para a resolução de um grande problema do setor privado em que a maioria das empresas imobiliárias tinham falido porque os custos imobiliários naquela altura e nos últimos anos eram muito diferentes. Estavam ali para contribuir para uma solução, e julgava que as suas palavras e declaração iam naquele sentido pelo que continuava a manter tudo quanto que tinha dito e que iria constar também na declaração de voto que fariam.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 149/2018/CM, referente à Prorrogação do prazo de liquidação da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., Lda. a votação, que foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Hugo Gomes, Jorge Silva, Jorge Corvo, José Epifânio Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Ricardina Jesus, Rodrigo Aires, Rui Manuel António, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e duas abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Carlos Marcelino. -----

----Passou ao segundo ponto do aditamento, ponto número quinze, sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 150/2018/CM, referente ao Plano de liquidação da Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa S.A. (em liquidação). -----

----O Presidente da Câmara Municipal informou que a Sociedade Polis na qual tinham participado com dois milhões e vinte e cinco mil euros estava em liquidação há mais de um ano, que na sua opinião não seria aquela a solução, mas o Governo assim o tinha entendido. -----

----No âmbito daquele plano de liquidação teriam muito brevemente que efetuar uma transferência porque a verba que tinha sobrado da Sociedade Polis que era cerca de cinco milhões de euros, tinha

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Pey.' and 'Acun'.

sido dividida por quatro municípios, sendo que a Tavira tinha calhado a execução do cais da Ilha de Tavira para o que o concurso se encontrava efetuado estando o processo, se não estava enganado, em apreciação pelo Tribunal de Contas. A empreitada do cais da Ilha de Tavira estava prevista iniciar-se entre setembro e outubro, no final da época balnear, sendo que iriam transferir para a Sociedade Polis, conforme constava no orçamento, seiscentos e vinte e cinco mil euros que era o correspondente à comparticipação do Município de Tavira para aquela intervenção que tinha um valor de cerca de um milhão e oitocentos mil euros, que seria dividido, sendo que na sua conclusão o dono da obra que presentemente era a Sociedade Polis, passaria a ser a Docapesca – Portos e Lotas, SA por via de uma cessão de posição contratual, na altura em que a Sociedade Polis seria liquidada.-----

----Reiterou que era o que constava no plano de liquidação, que ainda teriam que transferir verba para a Sociedade Polis e que posteriormente o dono da obra na construção do cais da Ilha de Tavira seria a Docapesca por cessão da posição contratual.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que relativamente à questão da Sociedade Polis apenas pretendia salvaguardar uma questão. Quis saber se passando a parte correspondente da Sociedade Polis para a Câmara Municipal também passaria tudo o que em Tavira tinha sido executado ao abrigo daquela Sociedade.-----

----Sabiam, e tinha sido discutido no Executivo anterior que as obras da Sociedade Polis para as Quatro Águas tinham tido graves problemas, problemas esses que o empreiteiro que, pelo menos, segundo a informação que na altura tinha sido disponibilizada, tinha rejeitado alegando ter cumprido o caderno de encargos e que a arquiteta da Sociedade Polis, de certa forma, tinha assumido como sendo um erro de projeto porque o mesmo tinha sido baseado em imagens do Google havendo por isso variações.-----

----O que está em causa era que os problemas eram graves podendo resultar problemas acrescidos para o Município de Tavira. A pergunta que faziam era de que forma é que o problema estava acautelado sendo que era um problema da Sociedade Polis que era a responsável pela fiscalização da obra, pois recordava-se de várias vezes terem pedido para que a fiscalização fosse também da Câmara Municipal, o que pensava que não ter sido possível, pelo menos na altura em que tinham batalhado por tal, pelo que presentemente o problema passaria para o Município de Tavira. Assim gostava de saber de que forma é que aquele grande problema estava acautelado.-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que tudo o que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha dito estava correto não havendo nada a acrescentar pois, de facto tinha havido um diferendo entre o arquiteto e a empresa mas a Sociedade Polis tinha-lhe dito que iriam assumi-lo sendo que já tinham elaborado um novo projeto para a resolução daquele problema, pelo que aguardava que a intervenção fosse executada a qualquer momento, contudo convinha não executá-la no verão.-----

----Terminou reiterando que lhe tinham comunicado que iriam assumir a questão.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo quis saber se iria ficar contratualizado.-----

Rey.
Abac

---O Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Sociedade Polis iria assumir a reparação para posteriormente receberem a obra com as garantias, o que não tinha ainda acontecido, porque passaria da Sociedade Polis para a entidade que teria a jurisdição sobre a área, não para o Município de Tavira, porém os termos não estavam ainda escritos.-----

---Reiterou que concretamente sobre a intervenção de que estavam a falar, a Sociedade Polis tinha-lhe comunicado que iriam assumir a questão.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 150/2018/CM, referente ao Plano de liquidação da Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa S.A. (em liquidação) a votação, que foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Hugo Gomes, Jorge Silva, Jorge Corvo, José Epifânio Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Ricardina Jesus, Rodrigo Aires, Rui Manuel António, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e duas abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Carlos Marcelino.-----

---Para encerrar a Ordem do Dia o Presidente da Assembleia Municipal passou ao terceiro e último ponto do aditamento, décimo sexto, referente à Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Tavira e a Freguesia de Cachopo. -----

---O Presidente da Câmara Municipal referiu que aquela adenda resultava do facto de terem acordado entre todos que o moinho de Cachopo gerido pelo Centro Paroquial de Cachopo e o Parque de Lazer da Fonte Férrea cuja gestão já tinha passado anteriormente do Centro Paroquial de Cachopo para a Junta de Freguesia, passava a ser gerido pela Junta de Freguesia pelo que as verbas correspondentes passariam a estar integradas no contrato interadministrativo. -----

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 152/2018/CM, referente à Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Tavira e a Freguesia de Cachopo a votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---Efetuada a leitura das minutas foram todas aprovadas por unanimidade. -----

---O Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinha três inscrições do público, pelo que iria passar a palavra por ordem de inscrição. Solicitou à Muniçipe Emília Justo e moradores do Mato Santo Espírito o favor de efetuar a intervenção. -----

---A Muniçipe Emília Justo disse que estavam ali presente alguns representantes do Mato Santo Espírito que a tinham acompanhado para falarem de um problema que já não era novo e sobre o qual a Câmara Municipal tinha conhecimento pelo menos desde o ano de 2009 quando tinha sido comunicado pela primeira vez. Estavam em 2018 e até à presente data nada tinha sido efetuado apesar das várias

reclamações, do envio de vária correspondência eletrónica, de dois abaixo-assinados, que considerava que demonstravam claramente o desagrado, o problema que tinham. -----

----Tinha achado engraçado ter chegado àquela Assembleia Municipal no momento em que se falava sobre o “pai” do SNS sendo que era muito bom lembrar alguém que tinha construído algo importantíssimo, que constitua a base do país, a saúde, tal como a educação, a justiça e a segurança sendo que, no momento, o que estava em causa era a segurança e a saúde dos moradores do Mato Santo Espírito.-----

----Considerava que tal não seria novidade para alguém que tivesse lido a correspondência, ou supostamente deveria tê-lo feito, e que respondia de uma forma politicamente correta porque era daquele modo, mas deviam de perceber não era política, mas prática, sendo aquela a razão por que ali estava, porque se tinha cansado de esperar, tal como todos no Mato Santo Espírito, por uma solução definitiva.-----

----Para que todos entendessem sobre o que estava a falar, referia-se aos plátanos, às árvores que eram tudo menos urbanísticas para estarem dentro de uma urbanização como era a deles. Desconhecia se conheciam o Mato Santo Espírito, se alguma vez lá tinham passado, se tinham tido o prazer ou o desprazer de ali passar numa sexta-feira de manhã possivelmente pelas nove horas, mas seria muito bom que percebessem também e passassem por ali para verificarem por que estavam a reivindicar a solução do problema que os afetava pelo menos há mais ou menos dez anos. -----

----Estavam mais uma vez a falar sobre os plátanos, sendo que lamentavam terem tido que chegar àquela solução, ou não, pois não sabia se seria a solução uma vez que esta não dependia deles mas, supostamente, do Presidente da Câmara Municipal.-----

----Começava por enumerar um dos problemas, a segurança. Naquele momento a segurança dos moradores estava em causa, estando em perigo iminente devido às tubagens de gás. Na urbanização existia gás canalizado, que felizmente na sua casa não tinha, mas aquelas tubagens de gás já tinham rebentado pelo menos duas vezes na rua.-----

----Há alguns anos, estando em casa e tendo começado a sentir o cheiro a gás, tinha ficado espantada ao ir à rua e confirmar que realmente existia uma fuga de gás, que por duas vezes tinha sido solucionada pela ROLEAR, causada pelas grandes raízes dos plátanos que não eram árvores para estarem em zonas urbanísticas. Considerava que quando se fazia algo, tinham que pensar no futuro, não porque ficava bonito, ficava bem, sendo para tal que tinham que haver técnicos e especialistas em cada área. Era especialista na sua área e outros seriam noutra, razão por que tinham que fazer o melhor, sabendo colocar-se no lugar dos outros, que apesar de ser difícil para alguns, assim tinha que ser pois tinham que servir o Município de Tavira, sendo por tal, que tinham confiança ou teriam mais ou menos confiança no Executivo. -----

----Relativamente às tubagens da água, por onde passava toda a canalização da água, as raízes estavam de tal maneira impregnadas naquelas tubagens que já se tinham verificado estragos em casas térreas. Tinha sido solicitada à Câmara Municipal a sua intervenção, para liquidar talvez, desconhecia por não perceber os trâmites pois como já tinha dito não percebia muito daquelas coisas, mas também se tinha recusado, sendo que o assunto tinha ficado por ali tendo o proprietário que arcar com todos os custos. -

----Os passeios desnivelados promoviam quedas na via pública, já tinha caído ali com o seu bebé ao colo que felizmente não tinha tido consequências nem para ela nem para o bebé. Também não aconselhava que por ali passassem com os carros de bebé ou circulassem nos passeios devido ao desnivelamento em todo o caminho, naquelas ruas, pois não era apenas o problema das quedas até porque os idosos com problemas de mobilidade também tinham grandes dificuldades em deambular devido aos passeios cada vez mais desnivelados, que já tendo problemas de mobilidade certamente não necessitavam de mais um.-----

----Acrescentou que tinham feito recentemente um abaixo-assinado, há cerca de um mês, onde constavam noventa e seis assinaturas, porém faltavam muitas mais visto que algumas pessoas não tinham tido possibilidade de assinar pelo que aqueles noventa e seis adultos não representavam todos os habitantes daquela localidade até porque também não incluía as crianças e os adolescentes que não podiam assinar por terem menos de dezoito anos. Assim como podiam verificar eram muitas as pessoas que diariamente eram afetadas pelo mesmo problema, ano após ano, dia após dia, sem qualquer tipo de solução, pelo menos aparente.-----

----Já se tinha referido à segurança pelo que gostava de falar da saúde, pois existiam varias vertentes à escolha para que o problema tivesse uma solução definitiva. Existiam vários problemas de alergias, alergias cutâneas, que se não soubessem, explicava. Tratava-se de alergias na pele provocadas pelo contacto diário com as "bolinhas" que pareciam algodão que caiam das árvores e cuja fase critica era exatamente naquela altura, entre abril e julho, sendo que era impossível conseguir estender roupa na rua. Não podia estender a roupa do seu bebé na rua porque aquela penugem tipo algodão caia diretamente sobre a roupa que não podia colocar em contacto com a pele do seu filho. Existiam várias pessoas que estendiam a roupa na garagem mas ela não possuía garagem, pelo que tinham um problema sério já existente há vários anos e para o qual estavam a pedir solução mas ninguém os ouvia.

----Ainda no que respeitava à saúde tinham a urticária, uma comichão que provocava alergias e também conjuntivites pelo que presentemente tinha que estar constantemente a colocar colírios nos olhos do seu filho devido à alergia que ele tinha causada por uns plátanos que não teriam que estar ali, sendo que não podia estar a prejudicar mais a saúde dos seus filhos. Falava por ela mas também pelas pessoas que ali viviam que estavam cansadas de implorar ao longo de quase dez anos por uma solução que não chegava. Tinha que ser respeitados e que ter confiança no Executivo, não bastando dizer que não era

um problema criado por eles, que não tinha sido de facto, mas que tinham todo o poder de solucionar sendo no que estava o ganho e o respeito de todos os moradores.-----

----Apenas para que tivessem consciência, aquelas patologias punham em causa toda a saúde biopsicossocial dos cidadãos que ali viviam sendo que era complicado sair à rua quando caia toda aquela penugem e estava vento. Cada vez que saía à rua com ventania, vento e a penugem que pairava no ar, para levar o seu bebé à escola tinha que lhe colocar uma fralda à volta da cabeça para ele passar aquela parte e não ter que inalar todos aqueles poros de pó que entravam diretamente na garganta e nos pulmões, que desconhecia se teriam noção, mas era algo que a incomodava muito.-----

----Continuou dizendo que provocava poluição do ar, ambiente, que tinham que respirar, pelo que agradecia que, se gostassem ou se vocês quisessem, ou o que considerassem melhor, que se deslocassem à urbanização às sextas-feiras a partir das nove horas da manhã, entre as nove horas e cerca das dez horas e trinta minutos, para verificarem como era efetuada a limpeza porque já tinham falado com a TaviraVerde mas, evidentemente que a TaviraVerde era uma empresa que nada tinha a ver com a solução que pretendiam, contudo podiam apaziguar deixando levar as crianças pelo menos até às nove horas da manhã sem terem que começar às oito horas da manhã a inalar aquele pó que era levantado pelos sopradores e não pelos aspiradores, que supostamente seria a melhor forma de fazer limpeza, o que desconhecia, mas que definitivamente a forma usada não era a adequada para fazer uma limpeza na rua. Compreendia que a TaviraVerde também tinha que ter trabalho, toda a gente tinha que ter o seu trabalho, mas este e a forma como era executado também se tinha que adequar às necessidades das pessoas que ali viviam de modo a não prejudicar mais. Assim tinham solicitado para que a TaviraVerde começasse a limpeza ligeiramente mais tarde, após as nove horas, para que pudessem levar as crianças à escola sem toda aquela poeira.-----

----O excesso de folhas era outro problema, as árvores estavam enormes estando ali já há dezassete anos, e o espaço entre elas era muito curto para tantas árvores daquele porte, que presentemente já passavam por cima dos telhados das casas, algumas casas com rés-do-chão e primeiro andar, e dos prédios, para além de ser um tipo de árvore que não devia de ser colocado num local urbanístico pois os entendidos na matéria diziam que aquelas árvores devido ao seu grande porte, às suas grandes raízes e à forma como eram agressivas, tinham que ser colocadas em terrenos descampados ou junto aos ribeiros para evitar a erosão pois contribuía para manter a terra presa, pelo que poderiam constatar a força daquelas raízes, sendo que não conseguia imaginar como estariam as tubagens da urbanização, que certamente com o passar do tempo ainda piorariam.-----

----Se era por uma questão financeira como o Presidente da Câmara Municipal tinha dito, que para tudo era necessário haver verba, o que era verdadeiro, o que lhe parecia era que era mais importante o dinheiro do que a saúde das pessoas. Presentemente estavam a falar de uma conta muito pequena, se calhar não chegaria a um milhão de euros, provavelmente muito menos, mas que era absolutamente

necessário para que aquela comunidade que ali trabalhava e vivia, as pessoas que também iam trabalhar, que também tinham assinado o abaixo-assinado e que também se queixavam que ao chegarem ficavam com tosse, com espirros, com problemas na garganta. Não estava a inventar o que quer que fosse pois era descrito pelas pessoas sendo um problema que infelizmente estavam saturados e pretendiam uma solução que parecia não estar à vista.-----

----Falando ainda no excesso de folhas, estas entupiam as canalizações e promoviam quedas na via pública, dos mais velhos aos mais novos. Tendo a Câmara Municipal vários departamentos cada um com a sua especialidade, desconhecia quem tratava das árvores, talvez um engenheiro ou arquiteto paisagista, mas deveriam de rever que tipo de árvores é que pretendiam substituir porque não estavam contra a existência de árvores na urbanização, não queriam o abate de árvores, mas sim daquelas, pois pretendiam que a urbanização tivesse árvores que faziam parte do meio ambiente e que necessitavam, mas árvores adequadas a uma situação como a da urbanização onde existiam prédios, crianças, e onde as pessoas pudessem levar as crianças a passear, andar na rua sem qualquer problema, sem ter que chegar a casa lhes colocar um antialérgico porque iriam espirrar ou ficar doentes ou mesmo terem que ir ao médico por algum motivo.-----

----Para finalizar disse que apenas gostaria que alguém os ouvisse e fizesse alguma coisa, porque considerava que dez anos era muito tempo para terem que lidar com um problema daquela dimensão e quanto mais tempo passasse, maior seria o problema, provavelmente os custos aumentariam, quer os financeiros quer da qualidade de vida dos moradores.-----

----O Município Luís Fernandes disse que a primeira questão que pretendia colocar dizia respeito a Santo Estevão que era uma localidade que tinha sido freguesia até ao ano 2013 e que tinha várias lacunas como a habitação social, porém a questão que colocava era a de que não havia um parque infantil em Santo Estevão, cujo espaço existia ou deveria de existir, mas estava ocupado como armazém da Junta de Freguesia. Já há um ano tinha colocado aquela questão em reunião de Câmara Municipal e havendo a decorrer uma empreitada de recuperação de vários parques infantis, Santo Estevão não tinha parque infantil que inclusivamente deveria de estar no centro da localidade e não nas margens ou fora, nas periferias.-----

----Outra questão relativa a Santo Estevão referia-se ao facto de, se não estava enganado, no ano de 2008 tinham sido inauguradas umas piscinas que entretanto, depois daquele primeiro ano, nunca mais tinham funcionado. Presentemente, segundo parecia, pretendiam aterra-las, pelo que, tal como no ponto que tinha focado anteriormente, fazia um apelo para que não fossem aterradas e que houvesse viabilidade financeira para as piscinas porque já tendo Santo Estevão tão pouca coisa para oferecer, com o aterro das piscinas ainda menos ficaria. A Câmara Municipal dispunha de saúde financeira para poder gastar ali algum dinheiro, sendo que certamente haveria viabilidade financeira para aquelas piscinas,

bastando vedá-las uma vez que a escola iria passar para ali, e recuperar as piscinas para que tivessem alguma mais-valia em Santo Estevão que pouco ou nada tinha. -----

----Relativamente à estrada da Luz para a Sinagoga, o Bernardinheiro estava num estado deplorável, pelo que gostava de saber quando é que podia haver a recuperação daquela estrada. -----

----Tinha estado na Associação dos Animais de Santa Luzia (ADOTA), que era uma associação de refúgio de animais, que tinha condições, que era uma associação importante para o concelho na vertente da recuperação e acolhimento de animais abandonados mas, no entanto, necessitava do apoio da Autarquia a todos os níveis pelo que pensava que seria bom que a Autarquia se debruçasse sobre aquela associação de modo a resolver o problema pois, caso desaparecesse, desconhecia onde iriam ser colocados os cães e os gatos. -----

----Continuou dizendo que já tinha colocado aquela questão numa reunião de Câmara Municipal em março, que certamente por falta de oportunidade não lhe tinha sido respondida. Na Praça Dr. António Padinha, Jardim da Alagoa, por cima da Pastelaria Filomena havia um telhado que tinha sido cortado. Tratava-se de um telhado centenário numa zona histórica, que tinha sido cortado para construir uma varanda, relativamente ao que não tinha ainda recebido resposta pelo que gostava que lhe respondessem também à questão de como tinha sido efetuada aquela obra naquela zona. -----

----Para terminar pretendia deixar a recomendação de que o período destinado à intervenção do público acontecesse logo após o período antes da Ordem do Dia, para depois as pessoas se poderem ir embora, sendo preferível assim. -----

----O Município João Rocha e Silva disse que desconhecia se a Assembleia Municipal tinha tomado conhecimento através da Comunicação Social mas no domingo anterior tinha decorrido em Alcoutim a apresentação pública do Movimento Democrata Cristão do Baixo Guadiana. Aquele Movimento representava cinco municípios, Alcoutim, Castro Marim, Vila Real de Santo António, Tavira e Mértola, tendo como principal objetivo o combate à desertificação do interior. -----

----Tratava-se de um movimento assente no humanismo cristão que pretendia ter um papel ativo nos concelhos anteriormente mencionados. -----

---O Coordenador Geral do Movimento era Vitor Hugo Palma, Deputado Municipal da Assembleia Municipal de Castro Marim e Deputado da Assembleia Intermunicipal do Algarve (CI – AMAL). -----

----O Presidente da Câmara Municipal respondendo à Muniçipe Emília Justo em nome dos moradores do Mato Santo Espírito disse que conheciam o problema. Desconhecia se tinha tido oportunidade de ver, provavelmente não teria tido grande interesse, mas nas últimas eleições a requalificação dos espaços exteriores do Mato Santo Espírito tinha constituído um ponto do programa eleitoral do PS. -----

----Conheciam o problema e não estava resolvido. Os plátanos já ali se encontravam no ano de 2009 quando tinha assumido funções e, obviamente que em dez anos tinham crescido criando graves problemas de saúde especialmente naquela época em que caía aquela espécie de algodão. Já ali se tinha

deslocado umas quatro vezes sendo que numa delas tinha ido acompanhado pelo Presidente da Junta de Tavira e Chefe de Divisão de Projetos Municipais a quem tinha encarregado de apresentarem uma proposta de requalificação do Mato de Santo Espírito. -----

----Independentemente de toda a descrença que tivessem e obviamente de considerarem que o Executivo era incapaz de gerir, o que geralmente era normal, quando tinham adquirido as habitações os plátanos já ali se encontravam. De facto era verdade que os plátanos eram árvores inqualificáveis para estarem numa urbanização, sabia-o até porque tinha um plátano em frente à sua porta tal como de todos os seus vizinhos que pura e simplesmente estavam a destruir os passeios que teriam que ser todos arrancados. -----

----O que pretendia dizer era que a Câmara Municipal iria requalificar o Mato Santo Espírito, não dispondo de datas, mas iriam ter que executar uma grande requalificação, partir, porque a primeira decisão que tinha sido tomada no local tinha sido quanto à necessidade de diminuir a intensidade das árvores retirando-as junto das casas, requalificar, passar cabos de telefones e outros, porque desconheciam o que iriam encontrar debaixo. Tratava-se de uma intervenção difícil que iria custar alguma verba, o que não era o problema. -----

----Em princípio a requalificação teria que ser executada por fases de modo a não colocarem a urbanização toda em obras de uma só vez. Todavia não conseguia indicar as datas porque ele próprio as desconhecia, mas esperava que no segundo semestre do corrente ano já dispusessem da primeira fase do projeto. -----

----Tinha recebido o abaixo-assinado, reconhecia que tinham razão e que existiam graves problemas naquela urbanização, tendo ideia de que grande parte dos moradores do Mato Santo Espírito não tinham votado nele para Presidente de Câmara Municipal, que podiam ter ou não razão, o que fazia parte, mas esperava durante os atuais quatro anos de mandato, resolver aquele e outros assuntos relacionados. Até lá, pensava que a mensagem que tinham pretendido passar, estava passada, tendo que aguardar um pouco mais para que a intervenção pudesse acontecer. -----

----Era o que pretendia dizer para o que seria o seu mandato à frente da Câmara Municipal de Tavira porque também gostava de ser frontal e de confrontar as situações. Não dizia que tinham razão pois era evidente que sim, sendo que ele próprio a tinha na urbanização onde residia cujas árvores teriam que ser todas arrancadas como era também o caso de Miraflores, pelo que teriam que realizar várias intervenções. -----

----Em determinada altura os paisagistas tinham plantado nas urbanizações, para vender as casas, árvores de crescimento rápido porque ninguém adquiria uma casa ou um apartamento num local onde não existisse uma árvore, contudo naquela altura elas eram pequenas estando presentemente enormes, pelo que iriam cometer um atentado em nome da saúde pública, de tudo o que tinha sido dito e que ele

subscrevia, mas seguramente com os ambientalistas a pressionar, todavia o coberto vegetal que pretendiam plantar no Mato Santo Espírito não iria ter o mesmo problema dos plátanos. -----

---Questionavam quanto às canalizações que estavam destruídas, que ele próprio da sua casa já tinha mandado arranjar duas, e desconhecia quantos privados é que tinham pago as suas, mas tinha a certeza que a Câmara Municipal já tinha pago duas porque as raízes tinham entrado pela cozinha e esmagado as canalizações tendo a Câmara Municipal tido que pagar as reparações naquelas habitações, pelo que as que tinham chegado à Câmara Municipal tinham assumido como responsabilidade e liquidado. -----

---Acrescentou que teriam todos que aguardar, o projeto estava encomendado, esperando que estivesse pronto rapidamente porque o assunto estava identificado como muito urgente para resolver. Veriam quando poderiam executar a intervenção porque depois do projeto tinham que elaborar o concurso que não pretendiam que fosse muito grande visto que teria o prazo de dez meses pelo que iriam tentar elaborar por fases iniciando com a rua principal e junto às vivendas onde existiam muitíssimos plátanos. -----

---Terminou dizendo que a ideia do abaixo-assinado não tinha caído em "saco-roto", tinha sido recebido, visto e respondido de forma cortês porque não havia outra forma de fazer sendo que se não estava enganado numa das respostas tinham informado que a intervenção estava prevista nas Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento da Câmara Municipal. -----

---Relativamente à intervenção do Município Luís Fernandes tinha tomado nota quanto ao parque infantil de Santo Estevão que não tinha sido integrado, estava na escola, mas teria que verificar com o Presidente da Junta de Freguesia. -----

---Quanto às piscinas iriam ser recuperadas, pelo que ninguém as iria aterrar como estava a ser dito. Já tinha falado com o Presidente da Junta de Freguesia dentro da lógica de poderem recuperar a curto, médio prazo, que não seria para o corrente ano, mas a intervenção teria que ser realizada sendo para tal necessário proceder a uma avaliação, mas iriam ser recuperadas. -----

---Em relação à Estrada da Luz, Sinagoga, estava prevista para um próximo processo de pavimentações, sendo que relativamente às datas, não podendo ser mais concreto, informava que a previsão era para o ano de 2019. -----

---No que se referia à ADOTE tinha solicitado ao Vereador José Manuel Guerreiro que falasse com a associação para encontrarem uma solução de modo a apoiarem. -----

---Quanto ao telhado na Praça António Padinha dizia-lhe o Vereador João Pedro Rodrigues que o processo tinha sido aprovado urbanisticamente no ano de 2008, o que era informação complementar à que o Município dispunha, sendo que como sabia, pois costumava acompanhar as reuniões de Câmara Municipal, analisavam os processos que chegavam não revendo os processos antigos que estavam aprovados até porque se tratava da vida das pessoas. -----

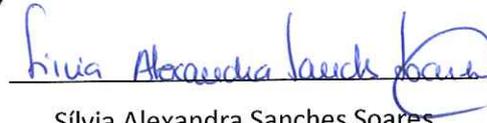
---Passando ao Município João Rocha e Silva disse que tinha registado como boa a iniciativa de que os tinha informado relativa aos cinco municípios.-----

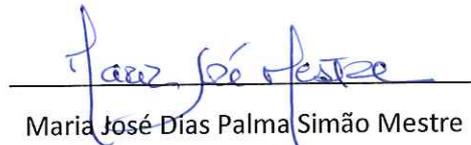
---O Presidente da Assembleia Municipal disse que tinham cumprido o horário e referiu que estavam todos convidados para estar presente nas comemorações do Dia da Cidade. -----

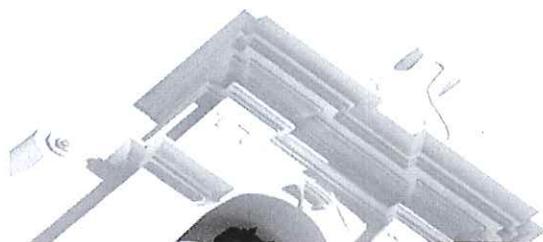
---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pela zero horas e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

A MESA DA ASSEMBLEIA,


José Otilio Pires Baia


Sílvia Alexandra Sanches Soares


Maria José Dias Palma Simão Mestre



Doc. Nº. 1

município
tavira**VOTANTES ATA 27-04-2018 EM 22-06-2018**

	Nomes	Formação partidaria	Presenças
1	Ana Cristina dos Santos Palmeira	PS	
2	Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa	PSD	
3	Ângelo Filipe Silva Pereira	PS	
4	Artur António Guerreiro Sanina	BE	
5	Carla Patrícia Maié Martins	PS	
6	Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino	NC	
7	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
8	Elsa Maria da Conceição Martins	PS	
9	Jorge Humberto Martins Corvo	PSD	
10	José Epifânio Martins da Graça	PS	
11	José Mateus Domingos Costa	PS	
12	José Otilio Pires Baia	PS	
13	Leonardo António Gonçalves Martins	PSD	
14	Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
15	Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	
16	Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
17	Narciso dos Reis Martins Barradas	PS	
18	Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
19	Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	
20	Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira	PSD	



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

SAUDAÇÃO

1.º Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais

No dia 19 de maio de 2018, reuniu-se em Mafra o 1.º Congresso Nacional da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), entidade de direito privado, sem fins lucrativos ou político-partidários, constituída por escritura pública em 7 de maio de 2016, com escritura pública de alteração de estatutos concretizada em 31 de maio de 2017.

Na última sessão desta Assembleia Municipal, no dia 27 de abril de 2018, foi aprovada por unanimidade uma recomendação à Câmara Municipal de Tavira para formalização da adesão do Município de Tavira à ANAM, considerando o elevado interesse dos fins consagrados nos respetivos Estatutos.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 22 de junho de 2018, delibera:

1. Congratular-se com a realização do 1.º Congresso Nacional da Associação Nacional de Assembleias Municipais;
2. Saudar os eleitos para os respetivos órgãos estatutários – Conselho Geral, Mesa do Congresso Nacional, Direção e Conselho Fiscal;
3. Subscrever as opções estratégicas da ANAM, reiteradas e aprofundadas em Congresso, e constantes na moção aprovada por unanimidade e aclamação, em matéria de atribuições e competências, de descentralização da Administração Central para a Administração Local, de arquitetura do sistema de Poder Local Democrático e de Regionalização;



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Doc. N.º 2

4. Saudar o processo de aproximação e cooperação em curso entre as Assembleias Municipais do Algarve, visando a harmonização de procedimentos, a capacitação dos Deputados Municipais e a dinamização de iniciativas conjuntas:
5. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Administração Interna, Presidente da Direção da Associação Nacional de Assembleias Municipais, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Intermunicipal, da Assembleia Intermunicipal e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e das Juntas e Assembleias de Freguesia de Tavira; e,
6. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

ANEXO: Cópia da Moção aprovada no Congresso.

Aprovada, por MAIORIA e em minuta.



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

RECOMENDAÇÃO

PELA REDUÇÃO DE PLÁSTICOS NO MUNICÍPIO DE TAVIRA

A redução do consumo de plástico, em especial aquele que é descartável, deve ser um desígnio de todos nós, no plano individual e nas mais diversas organizações. Todos sentimos, cada vez mais, as consequências das alterações climáticas no nosso quotidiano.

É por isso nosso dever transformar o meio em que nos inserimos e intervir, no imediato, na diminuição da nossa pegada ecológica, numa melhor gestão de recursos e na redução do impacto negativo da presença humana no planeta Terra. O Município de Tavira não pode ficar de fora desta mudança tão urgente e necessária.

Segundo o Artigo 23º da lei nº 75/2013, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, nomeadamente nos domínios do ambiente e salubridade.

Fica assim justificada a necessidade do Município de Tavira, por intermédio da Câmara Municipal e das empresas participadas pelo Município com atuação específica nestes domínios, adotar medidas que visem a redução de consumo de plástico nas atividades promovidas por esta autarquia e a abolição do plástico descartável no funcionamento dos respetivos serviços.

Mais do que previsto nas atribuições legais das Autarquias é a Constituição da República Portuguesa que o estipula no Artigo 9º, alínea e) como sendo "tarefa fundamental do Estado defender a natureza e o meio ambiente, assim como preservar os recursos naturais" e estabelece no Artigo 66º o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever do Estado, no quadro de um desenvolvimento sustentável, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos



cidadãos, prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos, assim como as formas prejudiciais de erosão.

É a partir de meados do século XX que o plástico entra na produção industrial e se torna parte da maioria dos produtos comercializados. Todavia, grande parte dos plásticos, por serem de fraca qualidade e baixo custo, são de difícil reciclagem. Estimativas indicam que consumimos mais plástico na última década do que desde o início do século passado. Números da Quercus dão conta que gastamos por ano, em Portugal, 721 milhões de garrafas de plástico, 259 milhões de copos de café descartáveis, 40 milhões de embalagens de *take-away* e mil milhões de palhinhas.

Segundo a Comissão Europeia, que recentemente apresentou a Estratégia Europeia para os Plásticos, menos de 30% do plástico produzido vai para reciclagem. O restante vai para aterro, é incinerado ou fica a poluir o nosso subsolo e os nossos oceanos, demorando centenas de anos até desaparecer. Os mais recentes estudos revelam que a produção mundial de plástico ultrapassou os 322 milhões de toneladas em 2015, sendo geradas só na Europa mais de 55 milhões de toneladas.

A estratégia da Comissão Europeia sustenta que devemos fazer a transição para uma nova economia dos plásticos, onde a produção e o *design* respeitem as necessidades de reutilizar e reciclar os produtos, devendo a sua adaptação estar concluída até 2030. Também segundo a Comissão Europeia, a incineração de plástico representa, anualmente, a emissão de 400 milhões de toneladas de CO₂. Se todo o plástico produzido fosse reciclado, poderíamos evitar o consumo de cerca de 3 mil milhões de barris de petróleo por ano.

Só em Portugal, nos últimos vinte anos, foram gerados mais de 4,5 milhões de toneladas de resíduos urbanos por ano, tendo sido atingido maior valor em 2009, com um total de 5,5 milhões de toneladas. De referir que quando comparamos Portugal com outros países da União Europeia, no que diz respeito às opções de gestão dos resíduos urbanos, os quantitativos de resíduos eliminados em aterro no ano de 2014 (222 kg/hab) são superiores à média da UE (147 kg/hab). Portugal posiciona-se assim como o décimo oitavo Estado membro com maior quantidade de resíduos urbanos eliminados em aterro. Importa referir o fato do nosso país ter níveis de reciclagem semelhantes à média europeia, cerca de 30%, o que significa que muito do plástico consumido continua a ser depositado em aterro ou incinerado.

Segundo a Comissão Europeia, na União Europeia entram anualmente no oceano entre 150 000 a 400 000 toneladas de plástico. Estes resíduos acumulam-se em zonas vulneráveis tais como o Mar Mediterrâneo, a Gronelândia ou o Oceano Ártico. Esta situação tem-se agravado com o aumento da utilização de descartáveis que vão imediatamente parar ao lixo. Tal acontece com as palhinhas, copos de plástico, talheres de plástico, ou seja, utensílios práticos e de baixo custo, que claramente não refletem o valor nem o impacto das externalidades por si causadas. Segundo a Quercus, as palhinhas consumidas nos restaurantes portugueses durante um ano seriam suficientes para dar a volta ao Planeta cinco vezes.

O plástico é responsável por 85% do lixo encontrado nas praias, sendo os objetos mais frequentes as garrafas de água, sacos, copos, pacotes de batatas fritas, cotonetes, balões, beatas de cigarros, embalagens de comida. Tudo objetos feitos de plástico. Os plásticos descartáveis representam 50% de todo o lixo marinho. Com a deterioração dos elementos acabam por se transformar em microplásticos, algo muito perigoso para a saúde pública e para o meio ambiente.



Os microplásticos circulam pelos mares e oceanos, servindo de alimento a peixes, que por sua entram na cadeia alimentar humana. Segundo relatórios da ONU (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)), existem microplásticos nas redes de abastecimento de água pública, no vento, nos rios, que transportam partículas das mais variadas dimensões. Estima-se que na União Europeia sejam libertados para o ambiente entre 100 000 a 300 000 toneladas de microplásticos. Em todo o mundo e existem vários registos, documentários inclusive, em que são denunciadas situações de aves marinhas e outras espécies do mar, mortas, com os estômagos cheios de plástico. É triste imaginar que seres irracionais, desprotegidos, estejam a morrer pela nossa falta de empenho em reduzir os plásticos que consumimos.

É por isso urgente criar mecanismos que limitem a produção e a introdução de plásticos no mercado e assegurar que o plástico produzido seja reutilizado e reciclado. Exemplo disso são políticas fiscais que dissuadam as empresas que mais plástico produzem (princípio do poluidor pagador) e a criação de uma “tara recuperável” para embalagens de plástico que incentive a reutilização das mesmas. No plano local, também os Municípios e as freguesias devem fazer o seu caminho por via a diminuírem o consumo de plástico que proteja de facto o meio ambiente.

Ao longo dos anos, o Município de Tavira tem adotado e seguido estratégias e políticas amigas do ambiente, pugnando pela salvaguarda e valorização do nosso património natural e de eliminação de lixeiras e da emissão de poluentes através de medidas de reciclagem, redução e reutilização, nomeadamente realização a apoio de ECO-EVENTOS, destacando-se pelo compromisso de redução do impacte ambiental resultante das iniciativas no espaço público e promovendo a gestão adequada de resíduos, como são os exemplos paradigmáticos da Feira da Dieta Mediterrânica ou do Algarve Bike Challenge.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 22 de junho de 2018, RECOMENDA que:

1. O Município de Tavira desenvolva um plano de ação alargado, em articulação com a TAVIRAVERDE – Empresa Municipal de Ambiente, E. M., as Águas do Algarve, S. A., a ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A. e as Freguesias do concelho, para a dinamização de sessões de sensibilização para a redução do consumo de plástico no seu território;
2. Intensifique a utilização de água da torneira e copos reutilizáveis nos serviços e nos eventos promovidos pelo Município de Tavira;
3. Dinamize ações de sensibilização para a necessidade da redução do plástico descartável, desde logo nos eventos promovidos e apoiados pelo Município de Tavira;
4. Forneça um copo reutilizável a todos os funcionários e nas reuniões institucionais do Município de Tavira;
5. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta recomendação às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Ambiente, Ministro da Educação, Ministra do Mar, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho de Administração da TAVIRAVERDE – Empresa Municipal de Ambiente, E. M., Presidente do Conselho de Administração das Águas do Algarve, S. A., Presidente do Conselho de Administração da ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., Presidente do Conselho Intermunicipal, da Assembleia Intermunicipal e Primeiro-



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Doc. N.º 3

Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e das Juntas e Assembleias de Freguesia de Tavira; e,

6. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Aprovada, por UNANIMIDADE e em minuta.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Ruy' and 'Dona'.